

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## Manuela Ferreira Leite e os Professores



**Esta questão está a afectar seriamente  
o que é essencial para a qualidade do ensino:**

**a motivação dos professores**

**Por isso, o PSD defende a suspensão imediata deste modelo de avaliação**

### Destaques:

● «A avaliação tem de ser externa, retirando das escolas e dos docentes a carga burocrática e conflitual que os desviam da sua função primordial que é ensinar»

Em "Actividades da Presidência"

● Executivo socialista não pode ser "autista e indiferente" perante a manifestação de milhares de professores

Em "Actividades do PSD"

● «É penoso ver Sócrates a dar computadores, numa extensão do e-escolinhas, aos líderes ibero-americanos, perante o sorriso irónico da maioria dos chefes de Estado

Em "A opinião dos outros"

## Sociais-democratas representantes dos Professores foram recebidos pela Presidente do PSD que defendeu novo modelo de avaliação

Na sexta-feira passada, estiveram na sede nacional do PSD e foram recebidos pela Presidente, Manuela Ferreira Leite, militantes do PSD representativos dos Professores, na sua qualidade de dirigentes sindicais, que iriam desencadear uma das maiores manifestações de sempre, talvez a maior da classe – ultrapassando a anterior – com (entre) 80 e 90 % da classe na rua, a mostrar ao Governo e especialmente à ministra, a sua discordância a respeito da forma como estão a ser tratados, em geral – e da avaliação, em particular.

Após o encontro, os professores fizeram questão de dizer aos jornalistas que vão estar presentes na manifestação convocada para sábado, em Lisboa, contra o actual modelo de avaliação.

“Estaremos na manifestação, com cartazes, a comandá-la”, disseram, entre outros, Graziela Rodrigues, do Sindicato Nacional de Professores Licenciados (SNPL).

No final do encontro, que foi pedido pelo grupo de professores do PSD, Manuela Ferreira Leite fez uma declaração em que defendeu a suspensão do actual modelo de avaliação dos professores e a aprovação de um novo modelo.

“Congratulamo-nos que tenha defendido a suspensão do actual modelo de avaliação de desempenho”, declarou a seguir João Dias da Silva.

“Vimos pedir uma intervenção política do PSD que vá no sentido de fazer com que acabe o clima que se vive nas escolas e que põe em causa o trabalho dos professores porque os obriga a tarefas burocráticas administrativas inúteis”, acrescentou o dirigente da FNE, sublinhando que são a favor de um modelo de avaliação, mas não como este.

No encontro com a presidente do PSD estiveram dirigentes da FNE, do SNPL, do Sindicato Nacional e Democrático dos Professores (SINDEP), do Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação (SINAP) e do Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades (SPLIU).

Manuela Ferreira Leite defendeu a imediata suspensão do actual modelo de avaliação dos professores e a aprovação de um novo modelo de avaliação externa e sem quotas administrativas.

Numa declaração à Informação, que se seguiu à reunião, Manuela Ferreira Leite defendeu também o fim da divisão da carreira docente em duas, a de professor e a de professor titular.

“Mas a avaliação dos professores é um princípio que o PSD defende intransigentemente”, salientou Manuela Ferreira Leite que, contudo, criticou, o actual modelo, considerando que é injusto e que a sua burocracia está a perturbar a actividade docente.

“O modelo em vigor assenta em princípios inadequados e injustos e num esquema de tal forma burocrático e complexo que está a criar uma enorme perturbação nas escolas e a desfocar os professores da sua função essencial”, afirmou, na declaração sem direito a perguntas.

“O Governo impôs um processo que tem dado origem a um clima de tensão e crispação entre todos os intervenientes, que está a prejudicar o sistema educativo. A teimosia com que tem tratado esta questão está a afectar seriamente o que é essencial para a qualidade do ensino: a motivação dos professores”, acrescentou.



Manuela Ferreira Leite anunciou que, “por isso, o PSD defende a suspensão imediata deste modelo de avaliação” e entende que, “desde já, se deve começar a trabalhar num novo modelo de avaliação, sério e eficaz”.

“A avaliação tem de ser externa, retirando das escolas e dos docentes a carga burocrática e conflitual que os desviam da sua função primordial que é ensinar. A avaliação tem de procurar a efectiva valorização do mérito e da excelência, devendo por isso pôr-se fim às quotas administrativas criadas por este Governo”, defendeu a Presidente do PSD

De acordo com a presidente do PSD, é preciso também “acabar com a divisão da carreira docente, iníqua e geradora de injustiças, entre professores titulares e professores que acabam por ser classificados de segunda”.

“Insistir no actual modelo é pura perda de tempo. Os professores não são justa e verdadeiramente avaliados e, principalmente, os alunos e as suas famílias estão a ser prejudicados com o clima de intranquilidade que se vive nas escolas”, concluiu Manuela Ferreira Leite.

### **DECLARAÇÃO DA PRESIDENTE DO PSD (Avaliação do desempenho dos Professores)**

A avaliação dos professores é um princípio que o PSD defende intransigentemente.

Só que o modelo em vigor assenta em princípios inadequados e injustos e num esquema de tal forma burocrático e complexo que está a criar uma enorme perturbação nas escolas e a desfocar os professores da sua função essencial.

O Governo impôs um processo que tem dado origem a um clima de tensão e crispação entre todos os intervenientes, que está a prejudicar o sistema educativo.

A teimosia com que tem tratado esta questão está a afectar seriamente o que





é essencial para a qualidade do ensino – a motivação dos professores.

Por isso, o PSD defende a suspensão imediata deste modelo de avaliação.

Entendemos que, desde já, se deve começar a trabalhar num novo modelo de avaliação, sério e eficaz, assente fundamentalmente em três vectores:

- A avaliação tem de ser externa, retirando das escolas e dos docentes a carga burocrática e conflitual que os desviam da sua função primordial que é ensinar.
- A avaliação tem de procurar a efectiva valorização do mérito e da excelência, devendo por isso pôr-se fim às quotas administrativas criadas por este Governo.
- E igualmente se deve acabar com a divisão da carreira docente, iníqua e geradora de injustiças, entre professores titulares e professores que acabam por ser classificados de segunda.

Insistir no actual modelo é pura perda de tempo.

Os professores não são justa e verdadeiramente avaliados e principalmente, os alunos e as suas famílias, estão a ser prejudicados com o clima de intranquilidade que se vive nas escolas. – **Povo Livre e Lusa**

### “Há outros caminhos, outras soluções, há outra esperança”

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, diz aos portugueses que “há outros caminhos, outras soluções, há outra esperança” para Portugal, num tempo de antena que foi transmitido no dia 6, na televisão.

No vídeo, que está disponível na página do partido na Internet, o PSD acusa o primeiro-ministro, José Sócrates, de “vender ilusões” quando a realidade é que tornou Portugal mais pobre desde que está no poder.

Enquanto se ouve a acusação de que “José Sócrates vendeu ilusões” e “a encenação sobrepôs-se à realidade” apareciam a preto-e-branco imagens do computador Magalhães e do cartaz de campanha do PS que apresentava como objectivo “recuperar 150 mil empregos”. As restantes imagens aparecem a cores.

No final do tempo de antena, Manuela Ferreira Leite afirma que “existem dois países: o país do engenheiro Sócrates, onde todos os dias são anunciados milhões de euros que não se sabem de onde vêm e cujo destino suscita muitas interrogações, e o país que todos os dias faz contas à vida para ver como poderá ultrapassar as dificuldades do dia a dia”.

“Eu vivo no país real e, como qualquer um de vós, muito gostaria que fosse diferente para melhor”, acrescenta.

A presidente do PSD encerrou o tempo de antena dizendo: “Esta situação

não é uma fatalidade. Há outros caminhos, outras soluções, há outra esperança”.

Antes, Manuela Ferreira Leite argumentara que as dificuldades do país “são o resultado de uma política económica errada e por isso é urgente mudá-la” e considera que já deu alguma ajuda levando o Governo “a falar do apoio às famílias e às pequenas e médias empresas”.

O vídeo, com duração de cerca de cinco minutos, mostra a evolução negativa dos indicadores do crescimento económico, desemprego, défice externo, endividamento, competitividade e despesa pública.

“A única bandeira do Governo é a baixa do défice das contas públicas, mas a que custo? Esta baixa foi conseguida pelo aumento dos impostos que as famílias e as empresas pagam e à custa de o Estado não pagar o que deve às pequenas e médias empresas”, sustentou a líder social-democrata, qualificando de “brutal” o aumento da carga fiscal durante a governação do PS.

“Portugal está hoje pior, está mais pobre. Os portugueses têm menos qualidade de vida e passam por mais dificuldades de que quando o PSD era Governo”.

### Manuela Ferreira Leite no Algarve

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite desloca-se ao Algarve no próximo dia 24 em jornada de trabalho político, a convite da Comissão Política Distrital do PSD/Algarve.

Às 16,30h, terá lugar, no Hotel Tivoli Marinotel, em Vilamoura, uma reunião com os dirigentes e associados das duas associações empresariais mais representativas do turismo algarvio, a AHETA e a AHISA. O objectivo é ouvir dos responsáveis pelo sector privado as opiniões, os sentimentos e as preocupações, sobre a situação actual do principal motor da economia algarvia, bem como aferir o impacto previsível da crise financeira internacional no desenvolvimento do Turismo nos próximos anos.

Manuela Ferreira Leite fará aos presentes uma exposição do seu ponto de vista sobre o Turismo, e da sua importância para o crescimento da economia nacional, bem como sobre a conjuntura envolvente. Nesta reunião, far-se-á acompanhar pela presidente do PSD/Algarve, Mendes Bota, e outros membros da Comissão Permanente Distrital do Partido. Este evento será aberto à comunicação social, e a presidente do PSD estará disponível para prestar declarações aos órgãos de comunicação social no final da mesma.

À noite, pelas 21,30h, no Auditório do Instituto Português da Juventude, em Faro, a líder do PSD terá uma reunião à porta fechada destinada a militantes, autarcas e dirigentes locais e distritais do PSD, para debater a situação política nacional e a estratégia do partido face aos próximos desafios eleitorais. – **CPD/Faro**





# Executivo socialista não pode ser “autista e indiferente” perante a manifestação de milhares de professores – Pedro Duarte

O deputado do PSD Pedro Duarte disse aguardar por mudanças na política educativa do Governo, considerando que o executivo socialista não pode ser “autista e indiferente” perante a manifestação de milhares de professores em Lisboa.

“A manifestação de hoje é a prova evidente que não pode ficar tudo na mesma, o Governo não pode ser autista e indiferente”, afirmou o deputado social-democrata, em declarações à Lusa.

Pedro Duarte, que integra a comissão parlamentar de Educação, recordou que existem cerca de 143 mil professores em Portugal, sendo que “entre 80 a 90 por cento estão hoje em Lisboa” a manifestar-se “não por motivações políticas ou partidárias”.

Por isso, continuou, quando “entre 80 a 90 por cento de uma classe profissional” decide sair à rua para se manifestar é porque a política que está a ser seguida não está a ser compreendida.

“A partir deste momento, é insustentável a manutenção da política educativa que o Governo está a seguir”, sublinhou, considerando que é tempo do executivo de maioria socialista sair da “redoma” em que está fechado.

“É quase unânime, há um consenso quase total entre os agentes educativos”, acrescentou, insistindo não se lembrar de alguma vez ter-se assistido a uma manifestação tão representativa de uma classe profissional.

O deputado do PSD lembrou ainda que já na sexta-feira, a líder social-democrata, Manuela Ferreira Leite, defendeu a suspensão do actual modelo de avaliação dos professores e a aprovação de um novo modelo de avaliação externa e sem quotas administrativas.

“O modelo em vigor assenta em princípios inadequados e injustos e num esquema de tal forma burocrático e complexo que está a criar uma enorme perturbação nas escolas e a desfocar os professores da sua função essencial”, afirmou, anunciando que, “por isso, o PSD defende a suspensão imediata deste modelo de avaliação” e entende que, “desde já, se deve começar a trabalhar num novo modelo de avaliação, sério e eficaz”.

Milhares de professores vindos de todo o país encheram totalmente a Praça do Comércio em Lisboa, numa manifestação para exigir a suspensão do modelo de avaliação de



desempenho proposto pelo governo.

Cerca das 15:00, a Praça do Comércio já estava praticamente cheia, apesar de centenas de docentes se encontrarem ainda nas ruas adjacentes e de dezenas de autocarros com professores continuarem a caminho da capital.

Oriundos de todo o país, muitos professores envergavam camisetas pretas exigindo “Respeito” e apelando ao governo para os deixar trabalhar “sem burocracias”.

### Vítor Constâncio terá de examinar se tem condições para continuar como governador do Banco de Portugal

O vice-presidente da bancada do PSD Hugo Velosa considerou na segunda-feira que Vítor Constâncio terá de examinar se tem condições para continuar como governador do Banco de Portugal perante as irregularidades detectadas no BPN.

Em declarações à agência Lusa, Hugo Velosa acrescentou que a conclusão mais provável é a de que Vítor Constâncio não tem condições para se manter no cargo, mas salientou que o PSD não pede a sua demissão, até porque este “não pode ser demitido”.

“Demitir-se dependerá do próprio. Ele é que saberá se tem ou não condições, ele é que saberá se tem ou não razões para continuar. Tem de extrair daí as suas ilações enquanto supervisor”, considerou o social-democrata.

Segundo Hugo Velosa, no entender do PSD “a ilação mais natural é a de que, realmente, não tendo funcionado a supervisão, que não tem condições objectivas”.

Na véspera da audição parlamentar de Vítor Constâncio sobre as irregularidades do BPN que levaram o Governo a decidir nacionalizar o

banco, Hugo Velosa disse que o PSD vai “fazer tudo para que o governador do Banco de Portugal esclareça efectivamente o que se passou”.

Antes de ouvir as respostas de Constâncio, a percepção do PSD é a de que o Banco de Portugal “terá actuado tarde a más horas” e “mais uma vez a supervisão falhou, como já tinha acontecido no caso do BCP”.

“E não sabemos o que é que ainda aí vem”, observou, lembrando que “há um mês o ministro de Estado e das Finanças disse que não havia nenhum problema com nenhuma instituição bancária” e depois verificou-se o caso do BPN.

Sobre a decisão de nacionalizar o BPN, Hugo Velosa disse que o PSD não votou a favor nem contra por considerar que não foram dados esclarecimentos suficientes sobre o que levou “a que se fosse para a solução de bomba atómica que é a nacionalização”.

“Todo o processo levanta inúmeras dúvidas”, considerou, assinalando que “tudo leva a que a Caixa Geral de Depósitos tenha um poder em termos bancários que não seria previsível se não acontecessem estas coisas”.

Vítor Constâncio foi nomeado governador do Banco de Portugal em Fevereiro de 2000 e foi reconduzido no cargo em Maio de 2006.

De acordo com a lei orgânica do Banco de Portugal, “o governador e os demais membros do conselho de administração são escolhidos de entre pessoas com comprovada idoneidade, capacidade e experiência de gestão, bem como domínio de conhecimento nas áreas bancária e monetária, e são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças”.







“Os membros do conselho de administração exercem os respectivos cargos por um prazo de cinco anos, renovável por uma vez e por igual período mediante resolução do Conselho de Ministros” e o seu exercício de funções cessa “por termo do mandato, por incapacidade permanente, por renúncia ou por incompatibilidade”.

Os membros do conselho de administração “são inamovíveis, só podendo ser exonerados dos seus cargos caso se verifique que alguma das circunstâncias previstas no n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC)/ Banco Central Europeu (BCE)”, determina ainda a lei orgânica do Banco de Portugal.

A referida norma dos Estatutos do SEBC/BCE estabelece que “um governador só pode ser demitido das suas funções se deixar de preencher os requisitos necessários ao exercício das mesmas ou se tiver cometido falta grave” e que “o governador em causa ou o Conselho do BCE podem interpor recurso da decisão”.

## Rangel denuncia declarações «infelizes e insensatas» de Sócrates

O líder parlamentar do PSD classificou no dia 9, como “infelizes e insensatas” as acusações do primeiro-ministro de “oportunismo político” da oposição, criticando a atitude de José Sócrates de “meter a cabeça na areia” em vez de resolver os problemas.

“O primeiro-ministro não quer reconhecer a realidade, prefere meter a cabeça na areia como a avestruz e atacar a oposição, atacar o PSD”, criticou o líder da bancada do PSD, Paulo Rangel, em declarações à Lusa.

Ao início da tarde, José Sócrates tinha acusado os partidos da oposição, em particular o PSD, de “oportunismo político” nas reacções à manifestação de milhares de professores no sábado, em Lisboa, contra o processo de avaliação.

Intervindo no XIII Congresso

Distrital do PS de Coimbra, José Sócrates considerou “lamentável o oportunismo dos partidos”, que “devem servir defender o interesse do geral do país e não para se colarem a reivindicações corporativas na esperança de ganhar uns míseros votos”.

Numa reacção a estas declarações, o líder da bancada social-democrata classificou-as de “infelizes e insensatas”, lamentando que o primeiro-ministro prefira atacar a oposição “em vez de resolver os problemas que estão a afectar o normal funcionamento das escolas”.

Paulo Rangel rejeitou ainda que o PSD tenha recusado ou entrado em contradição por defender a suspensão do actual modelo de avaliação de desempenho dos professores, lembrando que os sociais-democratas sempre foram a favor da avaliação.

Contudo, acrescentou, o que se passa é que “o modelo concreto que está em funcionamento falhou, é um fracasso”, não havendo já a possibilidade de uma avaliação “justa e eficaz”.

Por isso, continuou, os sociais-democratas defendem a suspensão do actual processo e a introdução de um novo modelo de avaliação simplificado e de avaliação externa.

“Não há nenhum recuo do PSD”, insistiu Paulo Rangel, considerando que a atitude do primeiro-ministro de preferir atacar os sociais-democratas em vez de resolver os problemas “diz tudo”.

Na mesma ocasião, PSD e CDS-PP acusaram o Governo de “neoliberalismo” e defenderam menos despesa pública, durante o debate do Orçamento do Estado para 2009, em que os sociais-democratas voltaram a contestar o programa de obras públicas.

No encerramento do debate do Orçamento para 2009 na generalidade, o líder parlamentar do PSD sustentou que o Governo “não percebeu a natureza da crise internacional” e por isso responde como se estivesse nos anos 30, utilizando um programa de obras públicas como “grande antídoto”.

“Numa crise com estas características as obras públicas não são resposta nem são solução. Não estamos em 1930, estamos em 2008”, acrescentou Paulo Rangel.

Considerando que a essência da actual crise é que “não há crédito ou ele é demasiado caro”, o líder parlamentar do PSD questionou como pode o Governo elevar “defender o uso da despesa pública até limites nunca dantes vistos?”.

Paulo Rangel defendeu que cada obra pública deve ser “submetida ao mais exigente e criterioso dos exames económico-financeiros sobre a sua utilidade”.

Como fizera nas jornadas parlamentares do PSD, no início desta semana, Rangel voltou a acusar o Governo de ter um projecto “neo-

socialista”, de “capitalismo de Estado”, alegando que o PSD tem outro modelo e uma política “radicalmente alternativa”.

O PSD defende “um modelo de apoio às pequenas e médias empresas, de redução dos custos unitários do trabalho, de alívio de tesouraria e liquidez, de promoção da produtividade, da competitividade e da capacidade exportadora, de estímulo sistemático à poupança”, expôs.

A expressão “neo-socialista” foi igualmente utilizada pelo deputado do CDS-PP Telmo Correia para caracterizar o Governo do PS e também Telmo Correia declarou que “há outro caminho”.

Na maior parte do seu discurso o deputado do CDS-PP apontou metas estabelecidas pelo Governo, dizendo que ao contrário do “slogan” de campanha do norte-americano Barack Obama, “sim, vamos conseguir”, José Sócrates “não, não conseguiu” cumprilas.

Por sua vez, Paulo Rangel recordou as propostas do PSD relativas ao pagamento do IVA, à redução taxa social única, ao alargamento do subsídio de desemprego e disse esperar que o Governo “vá mesmo pagar as dívidas às empresas”.

Paulo Rangel reiterou ainda que o cenário macroeconómico em que assenta o Orçamento para 2009 é “irrealista” e que a proposta do Governo foi elaborada com “truques, artifícios e manhas”.

## Requerimento do Deputado Luís Rodrigues relativo ao Hospital do Montijo



**Destinatário:** Ministério da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República:

Através do Despacho n.º 18459/2006, de 30 de Julho, do Senhor Ministro da Saúde, actualizou-se a rede de serviços de urgência do SNS, definindo-se três níveis diferenciados de resposta às necessidades, a saber: urgência polivalente, urgência médico-cirurgica e urgência básica.

Em Setembro de 2006, O Governo apresentou, para discussão pública,

uma proposta de rede de urgências elaborada pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de requalificação das Urgências.

Nesta propunha-se a extinção da urgência hospitalar do Montijo (fls 12, 18 e 19), com base essencialmente em critérios de racionalidade técnico financeira que colidem, na nossa perspectiva, com o artigo 64º da CRP, mormente com o preceito que proclama que «Todos têm direito à protecção da saúde» e que incumbiu o Estado de «Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde».

Em sede de discussão pública o PSD Montijo, preocupado com os impactos negativos que uma opção deste teor geraria na região, apresentou um documento de colaboração visando alcançar uma solução de qualidade na prestação de cuidados de saúde, que passava e passa pela necessidade de manter e requalificar o Hospital Distrital de Montijo.

Note-se que se trata de uma região em crescimento, fruto de novas acessibilidades, designadamente a Ponte Vasco da Gama e o IC 32 e, eventualmente, a nova infraestrutura aeroportuária.

Não se tendo obtido qualquer retorno, por parte do Ministério da Saúde, relativamente ao documento enviado para discussão pública, assistiu-se, em 24 de Fevereiro de 2007, à assinatura de um protocolo de colaboração, entre a ARS Setúbal e Vale do Tejo e a CM Montijo, em que se redefiniu a missão do Hospital, no contexto da criação do centro hospitalar Barreiro/Montijo.

De entre as 10 cláusulas do protocolo definiram-se prioridades que importa agora, 21 meses volvidos, aquilatar.

Tanto mais que ao invés do protocolado, tem-se verificado uma redução significativa de profissionais de saúde que trazem preocupadas as populações locais e concomitantemente apreensivo o PSD, enquanto agente social envolvido.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, sobre o assunto mencionado em epígrafe, através de V. Exa. ao

Ministério Saúde, venho solicitar resposta às seguintes perguntas:

1- O que pretende fazer o Ministério da Saúde para inverter a redução de recursos humanos, por saída e por aposentação, dos profissionais de saúde ao serviço do Hospital do Montijo?

2- Foram já implementadas as especialidades de otorrinolaringologia e oftalmologia previstas na cláusula 5.ª do protocolo?

3- Já foi disponibilizada a ambulância SIV para transporte de doentes em situação aguda referenciados às urgências médico-cirúrgicas e ou polivalentes?

4- Estão os centros de saúde a funcionar nos termos da cláusula 9ª do protocolo, a saber, até às 22h nos dias úteis e das 9h às 15h aos fins de semana e feriados?

5- Qual o futuro do Hospital de Montijo? – **Luís Rodrigues**

Rosário Águas afirma que o Governo já “rectificou” três vezes o OE-2009, antes mesmo deste ter sido aprovado!

O PSD disse no dia 6 que o Governo já rectificou três vezes o Orçamento do Estado para 2009 antes mesmo dele ter sido aprovado.

No segundo dia do debate na generalidade da proposta do OE 2009, a deputada social-democrata Rosário Águas afirmou que “o OE antes de ser discutido já tinha sido rectificado três vezes”.

Em causa está o pacote de quatro mil milhões de euros de recapitalização do sistema financeiro, a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) e a intenção anunciada pelo Executivo de pagar dívidas aos fornecedores do Estado, segundo Rosário Águas.

A proposta do OE 2009 está hoje, pelo segundo dia, a ser debatida na generalidade no Parlamento e deverá ser votada na sexta-feira.

A mesma deputada do PSD disse ainda que o seu partido “é a favor do investimento público, mas só quando a sua utilidade esteja demonstrada”,

escusando-se a referir se apoia a construção do novo aeroporto de Lisboa e o comboio de alta velocidade.

“Os investimentos públicos que o PSD apoia são os que tenham utilidade social e económica”, acrescentou Rosário Águas.

A social-democrata defendeu que uma alternativa aos investimentos públicos previstos pelo governo poderia ser o investimento em reabilitação urbana.

O ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, acusou o PSD de não dizer quais as despesas de investimento que cortaria em 2009 para financiar as propostas que fez, acrescentando que, por outro lado, o PSD “não pode acrescentar mais investimento”.

A resposta do PSD foi afirmar que quando o Governo se “dignar” a entregar detalhadamente as despesas e planos subjacentes a grandes investimentos públicos, o PSD apontará onde e como cortar. Mas o Governo não dá explicações e vem como que exigir respostas dadas “no ar”, para depois ter ocasião de as criticar. Ora, isso é pouco honesto e viola o estatuto da Oposição, que está no Parlamento para vigiar e controlar o Governo!

## Rangel acusa Governo de subtrair [inconsistentemente] processos de nacionalização à apreciação da Assembleia

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, o Governo de querer governamentalizar os processos de nacionalização por propor, num anexo à lei da nacionalização do BPN, que aquelas operações possam ser feitas por decreto-regulamentar.

“As nacionalizações vão passar a ser feitas através de decreto-regulamentar. [...] Só pode ter um objectivo que é escapar ao controlo da Assembleia da República”, afirmou Paulo Rangel, acusando o Governo de “pretender governamentalizar o processo de nacionalizações”.

Em conferência de imprensa, Paulo Rangel considerou que anexar uma lei-quadro a uma lei específica “é uma total inversão de processos e de transparência” e alertou que a proposta passa “um cheque em branco” ao

Governo.

Paulo Rangel considerou que anexar uma lei-quadro a uma lei específica “é uma total inversão de processos e de transparência” e alertou que a proposta passa “um cheque em branco” ao Governo.



A proposta estabelece que “podem ser objecto de apropriação pública, por via de nacionalização, no todo ou em parte, participações sociais de pessoas colectivas privadas, sempre que, por motivos especialmente fundamentados, se tal revele necessário para salvaguardar o interesse público”.

“Um acto tão grave como uma nacionalização tem que ter outros pressupostos que não apenas a invocação do interesse público”, exigiu Paulo Rangel, considerando que o texto “não é aceitável” e propõe um “regime maligno” de nacionalizações.

A discussão da proposta de nacionalização do BPN decorre na comissão de orçamento e finanças. O líder parlamentar do PSD disse viabilizará a solução encontrada pelo Governo para o BPN mas que votará “sempre contra” o regime geral das nacionalizações proposto.

O líder parlamentar do PSD criticou ainda outros aspectos da lei geral anexa à lei da nacionalização do Banco Português de Negócios, como os critérios para a indemnização.

“Não estamos no PREC. Não pode haver nacionalização sem indemnização e com critérios justos”,

defendeu Paulo Rangel, manifestando-se contra a forma como a lei proposta prevê a avaliação dos bens a nacionalizar.

A proposta prevê que é o Governo que nomeia duas entidades independentes para fazerem a

avaliação e que é o ministro das Finanças, que fixa por despacho, o montante da indemnização.

“Se até numa expropriação há uma comissão arbitral”, frisou Paulo Rangel, considerando que, não estando prevista para a nacionalização, “se foge claramente” para a governamentalização.

Paulo Rangel defendeu que “não havia a urgência” que o Governo invoca para concluir o processo legislativo da nacionalização do BPN, defendendo que teria sido preferível separar os dois textos legislativos e votar primeiro o regime geral das nacionalizações e posteriormente o caso específico do BPN.

O deputado manifestou ainda “perplexidade” face ao artigo 11º que estipula que a gestão da empresa nacionalizada é entregue a “entidade terceira” e admite ao mesmo tempo que “pode não ser uma empresa pública” mas sim um privado a gerir a empresa nacionalizada.

A discussão da proposta de nacionalização do BPN decorre na comissão de orçamento e finanças. O líder parlamentar do PSD disse





viabilizará a solução encontrada pelo Governo para o BPN mas que votará “sempre contra” o regime geral das nacionalizações proposto.

Na mesma ocasião, Rangel, disse “não ter dúvidas” de que “houve falhas de supervisão claríssimas” por parte do Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, no caso do BPN.

“Não temos dúvidas de que houve aqui falhas de supervisão claríssimas. Se o próprio Governador disse que já as conhecia as [irregularidades] não se percebe porque é que não interveio”, afirmou Paulo Rangel, considerando que “já podia ter havido uma intervenção do Banco de Portugal”.

Questionado sobre se defende a demissão de Vítor Constâncio, Paulo Rangel recusou manifestar qualquer posição, argumentando que “está nas mãos do próprio Governador fazer o juízo sobre a sua manutenção ou não”.

“Os governadores do Banco de Portugal são independentes e não podem ser removidos. Nós não pedimos a demissão, eles próprios são juizes das condições para exercer os seus cargos”, disse.

Paulo Rangel disse que o PSD vai votar a favor dos pedidos de audição no Parlamento de Vítor Constâncio, “para tentar esclarecer incógnitas e ambiguidades”.

Questionado sobre se as competências de supervisão do Banco de Portugal são as suficientes, Paulo Rangel defendeu que no caso concreto do Banco Português de Negócios “não teriam sido necessárias mais competências”.

Contudo, admitiu que possa haver “uma melhoria nas competências de supervisão” futuramente.

## Rangel e o Ministro das Finanças em confronto áspero sobre “protecção de interesses escondidos”

O líder parlamentar do PSD e o ministro das Finanças trocaram acusações de protecção de interesses escondidos na defesa da lei das nacionalizações, durante o debate sobre a nacionalização do BPN e a recapitalização do sistema financeiro.

Depois do líder parlamentar do



PSD, Paulo Rangel, ter dito que houve falhas na regulação do caso do BPN, o ministro das Finanças deu uma resposta que gerou fortes protestos dos sociais-democratas.

“Não sei que interesses é que o senhor deputado quer proteger ao falar em falha de regulação”, afirmou o ministro Fernando Teixeira dos Santos.

Em resposta, Paulo Rangel disse que o PSD não admitiria “qualquer tipo de insinuação” como aquela feita pelo ministro, exigindo um pedido de desculpas por parte de Teixeira dos Santos.

“Tornou-se evidente que há uma agenda que o Governo quer proteger com esta nacionalização [do BPN]”, referiu Paulo Rangel, acusando o Executivo de estar a “esconder a falha completa da regulação e a intervenção não atempada do governo” no caso do BPN.

“Se há alguém que não quer que se esclareça tudo é o grupo parlamentar do PS”, afirmou o deputado social-democrata, referindo-se à rejeição decidida terça-feira pelos socialistas de uma proposta para ouvir antigos administradores do BPN e o seu actual responsável, Miguel Cadilhe.

O líder parlamentar do PSD disse ainda rezear que a nacionalização do BPN “não permita que as investigações sejam conduzidas até ao fim”.

## PSD afirmou durante o debate orçamental que a governação do PS deixou o país pior, com mais desemprego, maior endividamento e menor poder de compra e menos crescimento do que em 2004

Numa intervenção durante o debate do Orçamento do Estado para 2009 na generalidade, o deputado do PSD Miguel Frasquilho afirmou que

“o nível de vida está pior, o rendimento médio europeu mais longe, o crescimento económico mais baixo, o défice externo mais alto, a dívida externa incomparavelmente mais elevada”.

“A produtividade não evoluiu positivamente, o desemprego é bem maior, a competitividade do país deteriora-se a olhos vistos”, acrescentou o social-democrata, concluindo que os portugueses vão chegar a 2009 “claramente pior do que estavam em 2004”.

Miguel Frasquilho defendeu que a evolução negativa acontece porque o PS governou “de forma errada, mistificadora e incompetente”, depois de ter prometido “o impossível” aos eleitores: “colocar Portugal a crescer três por cento e criar 150 mil novos empregos líquidos até 2009”.

“Desculpa-se agora com a crise para não alcançar o que prometeu e isso não é sério. A crise internacional aparece agora como uma bóia de salvação, mas é um álbi que tem tanto de falsidade como de pouca seriedade”, considerou.

Em seguida, também o deputado do PCP Eugénio Rosa afirmou que desde 2004 “as empresas estão mais endividadas, as famílias estão mais endividadas”, bem como o Estado, que “o desemprego está a aumentar” e Portugal caminha “rapidamente para a estagnação económica”.

Na sua intervenção, o social-democrata Miguel Frasquilho voltou ainda a criticar a “nova metodologia” de cálculo utilizada no Orçamento do Estado para 2009, referindo que o Governo “tentou atirar para Eurostat e teve azar porque o Eurostat desmentiu prontamente que tivesse solicitado qualquer alteração metodológica que fosse”.

“Arrisca-se a que todos os portugueses possam pensar que houve aqui uma desonestidade intelectual e técnica ou, como diz o povo, uma

marosca”, observou.

## Quer o primeiro-ministro a extinção da União Europeia?

Como o Primeiro-Ministro afirmou que as previsões do FMI relativamente ao crescimento de Portugal não eram fiáveis e que essa instituição “deveria ser extinta”, o líder parlamentar do PSD afirmou na semana passada que a Comissão Europeia estima que Portugal cresça 0,1 por cento em 2009, valor igualmente apontado pelo FMI, e perguntou «se o primeiro-ministro também quer a extinção da União Europeia?»

“Não sei se vai reagir a esta previsão como reagiu à previsão do FMI. Vai propor a extinção da União Europeia?”, perguntou ironicamente Paulo Rangel, no debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2009.

O líder parlamentar do PSD acusou o Governo de apresentar um orçamento que “não é credível”, assente em “variáveis macroeconómicas que têm sido sistematicamente desmentidas”.

Paulo Rangel questionou como é possível prever um aumento das receitas fiscais com o IVA e com o ISP se houve descida das taxas e com um cenário de abrandamento da actividade económica.

“Um orçamento que não é credível não gera confiança”, afirmou.

O líder parlamentar do PSD quis ainda saber “como é que o Governo vai pagar as dívidas do Estado às empresas, em que termos” e manifestou dúvidas sobre o cumprimento desse anúncio: “Que garantias podem dar se já prometeram duas vezes e não cumpriram?”.

– Fonte: Lusa

José Pedro Aguiar Branco

# Intervenção sobre o Orçamento de Estado 2008

«A crise internacional tem servido, nas últimas semanas, para o governo justificar a sua falta de visão e a sua incapacidade...»

Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro, Senhores Ministros, Senhoras e Senhores Deputados:

Diz Agustina

“Os actos de que somos vítimas são em parte os nossos actos”

Uma leitura atenta de Agustina ajudaria o governo a discernir com mais clareza a razão pela qual a crise económica do país não é, apenas, importada.

Pelo contrário, este governo é fortemente responsável pelos resultados desoladores que o país apresenta e que a sua máquina de comunicação, comentadores de serviço e analistas ditos independentes nos tentam fazer crer ter, apenas, origem externa.

A crise internacional tem servido, nas últimas semanas, para o governo justificar a sua falta de visão e a sua incapacidade de obter resultados positivos.

A ideia é simples: não fora a crise externa e o governo cumpriria com os objectivos a que se propôs.

Nada mais falso!

A própria CE o denuncia, ao estimar em 1% o Produto Potencial Português.

Ou seja, o que a CE diz é que independentemente da conjuntura internacional, Portugal, aproveitando ao máximo os seus recursos, teria uma capacidade de crescimento de 1%, muito aquém, como é sabido, dos 3% enganosamente prometidos pelo Primeiro-Ministro.

Ou seja, a conjuntura internacional apenas tornou indistigável a realidade da nossa situação interna:

uma economia incapaz de crescer de forma sustentada,

um Estado incapaz de “emagrecer” de modo consistente e

um governo incapaz de aproximar as ilusões que vende aos portugueses da verdade com que estes se confrontam no seu dia a dia.

Todos os indicadores, no final de ciclo deste governo, dizem que somos um país mais pobre, mais endividado, mais pessimista e menos competitivo.

Em quatro anos, Portugal, segundo o Word Economic Fórum, desceu - no ranking internacional de competitividade - nada mais nada menos que dezoito lugares, passando do 25º lugar para o 43º!!!

Competitividade a que não se chega com o discurso ou palavra fácil mas sim com a criação de condições

para que os nossos trabalhadores se possam qualificar e as nossas empresas inovar e exportar.

O Governo dispôs de condições ímpares para o bom cumprimento do seu mandato: uma maioria absoluta, uma legislatura alargada de quatro anos e meio, um Pacto de Estabilidade e Crescimento flexibilizado, uma conjuntura económica europeia de crescimento, três anos de trégua eleitoral e uma relação institucional exemplar por parte da Presidência da República.

Não obstante, o fim deste ciclo de governo socialista, conduz-nos ao décimo ano consecutivo de divergência, face ao nível de vida médio europeu.

Portugal ocupa, hoje em dia, um nada lisonjeiro 21º lugar, numa Europa a 27, já ultrapassado por países como Chipre, Eslováquia, Estónia, Eslovénia, Malta e República Checa que só em 2004 aderiram à União Europeia.

Tudo isto, como é óbvio, por razões que assentam, sobretudo, muito para lá da crise internacional.

Mas, mesmo quanto a esta, o governo foi autista na sua real percepção o que nos faz temer quanto às projecções com que sustenta o Orçamento para 2009.

Desde o início do corrente ano que a evolução da economia apontava para um cenário de crise grave: instabilidade no preço do petróleo, taxas de juro crescentes, risco de explosão da “bolha imobiliária”, nomeadamente em Espanha, e de implosão do dito subprime americano.

Neste quadro de referência, o simples bom senso aconselhava o Primeiro-Ministro e o governo a um discurso de verdade, realista e frontal.

Infelizmente, os factos traduziram-se, exactamente, no contrário. 2008 nasceu e cresceu num berço de ilusões!

O Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças desdobraram-se em “hossanas” à pretensa imunidade da nossa economia face à crise internacional.

Arriscaram mesmo uma simbólica redução de um ponto na taxa do IVA, com o que pretenderam consolidar a ilusão do fim da crise.

Ilusão certificada pelo Ministro da Economia, Manuel Pinho, que, na euforia obsessiva dos anúncios que caracteriza o governo, comunicou aos portugueses, há apenas alguns meses, o fim da crise!!!

Diga-se, no entanto, em abono da



verdade que, posteriormente, o Senhor Ministro já teve a possibilidade de rectificar este anúncio com um outro, em que o fim anunciado, afinal, era o do mundo da prosperidade!

Ao arrepio do “país real”, que sente, no dia-a-dia, as dificuldades da gestão do magro orçamento mensal – água, luz e produtos alimentares mais caros e aumento exponencial dos encargos bancários – ou que vive na angústia da própria manutenção do emprego, o governo, em Junho passado, atacou violentamente a Presidente do PSD por esta ter chamado a atenção para o empobrecimento da classe média e para o estado de quase emergência social em que se encontra uma faixa muito significativa da população.

**Todos – à excepção do governo - começam a reconhecer: o dinheiro não chega para tudo**

Manuela Ferreira Leite - sem o “tele-ponto” para orientar o discurso, sem cenários ostensivos ou espectaculares, sem crianças e jovens contratados para valorizar o efeito cénico do momento, sem copiar a imagem com que colocam, no palco, Obama ou Zapatero, e sem a presença do já estafado mas resistente computador Magalhães, que acompanha o Primeiro Ministro por

todo o lado –

disse o óbvio que, hoje, todos – à excepção do governo - começam a reconhecer: o dinheiro não chega para tudo e será de uma grande incompetência, falta de bom senso e de sentido de causa pública não rever as prioridades de concretização das múltiplas obras públicas anunciadas.

Tanto mais que isso revela uma opção de política económica assente em pressupostos esgotados.

A nossa persistente divergência da Europa “da frente”, com mais de dez anos de governação socialista, torna claro que o “mal” é estrutural e não desta ou daquela medida mais ou menos conseguida.

Mas, o governo, mesmo que mascarado de centro esquerda, como o Primeiro-Ministro candidamente se auto-rotulou, **só acredita nas virtualidades do dirigismo central planificado da nossa economia**: o do plano tecnológico, o das grandes obras públicas infra-estruturais, o da nova escolarização sem reprovações, o dos grandes projectos “pin”, o da gestão pública das escolas, dos hospitais, etc...

Ou seja, acredita que a sociedade se move com o apontar de dedo do governo central e se alimenta das estatísticas sempre risonhas com que os números são apresentados. “Curiosamente”, números sempre em divergência com os da União







Europeia...

Este é o ponto de viragem que o País precisa: injectar confiança na capacidade própria dos portugueses e nas suas empresas, dotando-os dos meios necessários para aumentar a sua capacidade competitiva.

Senhor Presidente, Senhor Primeiro Ministro, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados: o Orçamento de Estado que hoje debatemos é a expressão das várias marcas deste governo: **encenação** quanto à sua apresentação; **irrealismo, ilusão e imprudência** quanto às projecções; pouca transparência quanto alguns dos seus propósitos; **teimosia** quanto à matriz dos mega investimentos públicos e **timidez** quanto à confiança na actividade das empresas, nomeadamente das PME's.

De positivo, a boa compreensão para os alertas que o PSD tem vindo a efectuar para as situações de emergência social e que o governo agora procura amenizar com algumas propostas apresentadas no Orçamento, nomeadamente no apoio às famílias, idosos e actividades escolares.

Mas a forma errática como o orçamento de Estado foi apresentado indicava um mau prenúncio quanto à sua bondade global.

### Sinal dos tempos, foi um orçamento apresentado a prestações "Surfar" na onda das expectativas que ilude a realidade

Sinal dos tempos, foi um orçamento apresentado a prestações; como justificação, um pouco convincente refúgio em problemas operacionais, para esconder retoques de última hora.

Retoques, seguramente, traduzidos em revisões, acrescentos e supressões que colocaram o orçamento na esteira da onda de manter em alta as expectativas dos portugueses, ainda que de forma irrealista.

Ninguém acredita que, em 2009, seja possível cumprir as metas definidas no orçamento. O hábito adquirido pelo governo de rever sistematicamente em baixa as suas projecções, fá-lo prosseguir no método do costume: "surfar" na onda das expectativas que ilude a realidade.

Projectar um crescimento económico de 0,6%, quando na zona euro se estima de 0,2%, com os países tradicionalmente motores da economia europeia em recessão, ou quase, e quando nem sequer há memória de alguma vez Portugal ter crescido três vezes mais do que na dita zona euro, é confundir ilusão com realismo.

Confusão que a CE veio confirmar

ao projectar, para 2009 e em Portugal, um crescimento nunca superior a 0,1%, ou seja, cinco vezes menos que o estimado pelo governo!

Mais, ainda...

Estimar um crescimento de 3,4%, respectivamente, da receita do ISP e do IVA, em ano de previsível abrandamento da actividade económica e com a redução da taxa do IVA, num ponto, é ceder na prudência em abono da insensatez.

Introduzir um inciso, na proposta de lei do orçamento, sobre matéria de financiamento partidário, sob a capa de um "erro", cometido "por acaso", por "alguém", de identidade desconhecida, é esconder propósitos obscuros de forma pouco transparente.

Omitir informação sobre os encargos futuros de decisões tomadas sobre os mega investimentos anunciados - sobre os quais urge, como temos vindo sistematicamente a afirmar, fazer uma ponderação tendo em conta os limites cada vez mais saturados do endividamento - é dar prioridade à teimosia em desfavor das gerações futuras.

Propor medidas de apoio às PME - como está apresentado no texto do orçamento de estado - que abrangem apenas um terço do total das mesmas, com reduzido impacto na tesouraria destas e com efeitos relevantes apenas em 2010, é manifestar uma tímida confiança do papel fulcral destas empresas na sua capacidade competitiva, exportadora e criadora de emprego.

A miopia política do OE sobre as PME's, obrigou o governo, apenas duas semanas após a entrega desse documento no Parlamento, a ter de anunciar novas medidas de apoio às pequenas e médias empresas, nomeadamente quanto ao pagamento das dívidas do Estado, acolhendo sugestões e propostas concreta do PSD.

Mas é lamentável que tenha necessitado de três anos e meio para constatar que a sua política de progressiva asfixia fiscal da economia real provocou uma crise de dimensão brutal, com resultados bem negativos

na criação de riqueza e no aumento acelerado do desemprego.

Por tudo o que referi, este orçamento, esforçado nalguns remendos, mais não é do que a confirmação da impotência do governo para dar um novo rumo à nossa economia.

Senhor Presidente, Senhor Primeiro Ministro, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados:

O Senhor Primeiro-Ministro tem dito e repetido, a propósito da crise internacional, que esta é uma daquelas que aparece "uma vez na vida".

É capaz de ter razão...

### Na crise, revela-se o carácter de ... um político que [não é] estadista responsável [mas] pregador por conveniência.

Mas é, precisamente, nas horas de crise que se revela o verdadeiro carácter de uma pessoa. Mais, ainda, o do político que, nesses momentos, coloca a nu a sua verdadeira dimensão: a de estadista responsável ou a de um pregador por conveniência.

A linguagem da verdade e a seriedade das propostas apresentadas pelo PSD colocam Manuela Ferreira Leite no patamar dos estadistas responsáveis.

Em Junho passado, disse neste Parlamento:

Ao novo-riquismo político que o governo ostenta no constante anúncio de novas e faraónicas obras públicas, o PSD aponta e reforça a urgência da canalização de recursos às instituições de solidariedade social e da sociedade civil que ajudam a combater muitas das carências mais elementares de milhares e milhares de portugueses.

Ao novo-riquismo político que o governo ostenta no constante anúncio de mega projectos "pin", o PSD aponta e reforça a necessidade de uma atenção muito especial para as PME que são o verdadeiro potencial do desenvolvimento económico português"

A realidade está aí, bem à frente dos nossos olhos!

A força das nossas convicções não navega na ondulação da maior ou menor popularidade das propostas.

A coragem e o ânimo que se desejam de uma liderança são as que coabitam com o realismo e a responsabilidade. A firmeza que se espera é a que faça opções a favor do bem comum ainda que contra os fortes interesses de alguns.

As propostas que o PSD apresenta apontam para um novo modelo de desenvolvimento, que reforce as condições de incremento do investimento privado - interno e externo -, que aumente a competitividade das pequenas e médias empresas e que fortaleça a capacidade exportadora dos nossos produtos.

Nós acreditamos que é às empresas que cabe investir para criar riqueza e para criar emprego, para, com isso, se proteger, também, as famílias. Por isso, formulamos propostas que facilitem esses objectivos.

Nós acreditamos no êxito de políticas que estimulem a iniciativa privada, a sã concorrência e a cultura de rigor e de exigência,

quer na educação, quer na formação, quer na regulação, quer na fiscalização, quer na penalização dos incumpridores.

Ou seja, um modelo que sustentadamente reduza o peso do Estado na economia e conceda uma verdadeira igualdade de oportunidades.

Tudo, para que não mais volte a acontecer o que mais uma vez sucede neste Orçamento: o aumento da despesa pública.

Após anos de sacrifício dos portugueses para a redução do défice, assiste-se novamente ao crescimento da despesa - ao regresso do monstro - agora, para os níveis mais elevados de sempre - 47,7% do PIB!

O que nos traz o sabor amargo da confirmação que a redução do défice orçamental se tem feito, sobretudo e quase exclusivamente, à custa da receita.

O que nos faz temer ser bem provável a previsão da CE de que o défice se agravará para 2,8%, em 2009, e 3,3% em 2010.

Senhor Presidente, Senhor Primeiro-Ministro, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados

O governo, com este orçamento, tal como fez no passado, ignora o nível de endividamento existente, e quer o país a viver acima suas possibilidades.

À falta de crédito que o fará levar da ilusão à realidade juntar-se-á, na hora da verdade, a falta de crédito junto dos portugueses.

Dizer a verdade, apresentar alternativas sérias e credíveis é o caminho que levará à confiança dos Portugueses. É por aí que iremos!

- J. P. Aguiar Branco





# Montalvão Machado e o divórcio

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Chegou ao fim o processo legislativo relativo ao novo regime do divórcio..., na medida em que o novo diploma aqui aprovado foi promulgado pelo Presidente da República.

Após o veto presidencial, a maioria desta Câmara introduziu duas ou três pequenas alterações na lei, mantendo, contudo, a mesma filosofia... e o mesmo regime acerca do método de obtenção do divórcio e acerca das consequências (patrimoniais e não só) geradas pelo divórcio.

Há duas posições sobre a matéria:

- Uma, a do Partido Social Democrata, que pugna pela preservação do casamento, mas que aceita, logicamente, o divórcio..., o divórcio obtido por mútuo consentimento, sem as restrições de outrora..., que aceita o divórcio a requerimento de um dos cônjuges quando o outro viola culposa ou reiteradamente os deveres conjugais... e que aceita o divórcio obtido com base numa simples separação de facto pelo prazo de um ano.

## Esta é a posição correcta.

A posição que não vê no casamento, evidentemente, um contrato perpétuo..., que defende a liberdade individual de casar e de querer (ou não) continuar casado..., e que, harmoniosa e equilibradamente, regula o divórcio e as suas consequências.

Sim, porque o divórcio (ainda que para alguns seja uma coisa menor..., uma coisa qualquer, digamos...) não é.

O divórcio é, as mais das vezes, um processo doloroso. Ele significa, quer se queira, quer não..., o fim de um projecto construído por... e para dois..., significa o fim do amor e da amizade..., o fim dos planos a dois...,



o fim dos anseios de dois..., o fim de todas as expectativas.

E, por isso, é preciso ter muita cautela quando se altera um regime ao qual os portugueses se adaptaram com toda a naturalidade..., porque é indispensável recordar o ensinamento que eles, portugueses, dão ao legislador:

É que só 6 ou 7% dos divórcios obtidos em Portugal correm pela via litigiosa..., o que bem demonstra o acerto do actual regime... e melhor exhibe a forma como a ele se adaptou (e bem) o povo português.

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Disse atrás que este é entendimento correcto, que permite a obtenção do divórcio por mútuo consenso sem

restrições, a obtenção do divórcio a requerimento de um dos cônjuges quando o outro viola gravemente os deveres conjugais, ou a obtenção do divórcio quando tenha ocorrido uma simples separação de facto pelo período de um ano.

## O entendimento que ganhou...

Mas, há um outro entendimento... e que foi o que obteve vencimento nesta sala:

o que permite o divórcio na hora, o divórcio-fácil..., o divórcio contra a vontade de um dos interessados..., o entendimento que acaba com o conceito de culpa..., que verdadeiramente (e dessa forma) reduz a zero os deveres conjugais..., sim,

reduz a zero os deveres conjugais..., que esquece até... (repare-se na ironia) que o casamento, embora com muitas particularidades, é, afinal, um contrato... que devia gerar (e assim não gera) direitos e deveres.

## O novo regime tem erros jurídicos grosseiros.

Apesar de uma pequena correcção, a possibilidade de atribuição de créditos de compensação sempre que se verificarem assimetrias entre os cônjuges nos contributos para os encargos da vida familiar vai trazer, com certeza absoluta, profundas injustiças... e vai aumentar, também com certeza absoluta, a litigiosidade pós-matrimonial.

Os novos conceitos jurídicos são vagos e indeterminados.

Veja-se quando ele consagra que o tal direito de crédito do ex-cônjuge é reconhecido quando este tenha renunciado de forma excessiva aos seus interesses próprios em favor dos interesses comuns...

Mas, o que é isso de “renúncia de forma excessiva”?

E quais são os casos em que a renúncia não é excessiva?

Que conceito é esse que ninguém, verdadeiramente, ninguém, pode balizar?

E depois, ...outro conceito... quando se diz que tal direito existe quando o ex-cônjuge tenha tido prejuízos patrimoniais importantes...

Mas, então, quando é que os prejuízos patrimoniais não são importantes?

Ou melhor, quais são os prejuízos importantes e quais são os prejuízos não importantes?

Então, eu pergunto: – Objectivamente, que critérios é que estamos a dar aos juizes portugueses para que eles apliquem a lei?

Isto, para além de gerar um verdadeiro processo de prestação de contas entre marido e mulher a seguir ao divórcio..., de gerar uma espécie de permanente “desconfiança” ao longo do casamento..., vai ser pasto para querelas doutrinárias e jurisprudenciais infundáveis... e vai, numa palavra, aumentar a conflitualidade.

Por isso é que os operadores judiciários se manifestaram contra o diploma.

Por isso é que estamos firmemente convencidos de que a maioria dos portugueses está contra o diploma.

Por isso é que o PSD esteve contra o diploma.

Esteve e está contra esta lei. É o que faremos. – **M. M.**







# Encerramento do Debate sobre o Orçamento de estado

Deputado Paulo Rangel  
Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

O Orçamento de Estado para 2009, a sua elaboração e a sua discussão foram visivelmente marcados pela actual conjuntura de uma crise financeira internacional, uma crise séria e grave – ninguém o nega.

Essa contingência tem sido aproveitada e explorada pelo Governo socialista – e pela sua máquina de propaganda – para desculpar o fracasso de dez anos de políticas económicas socialistas, disfarçar a incompetência e a manipulação estatística, apregoar um pretensioso renascimento ideológico.

Na verdade, são essas as três as grandes marcas deste Orçamento: o esgotamento das soluções económicas até aqui prosseguidas, a falta de transparência e de rigor dos dados e da informação facultada, e pior que tudo, a incapacidade de compreensão dos desafios da actual crise internacional.

Importa, por isso, pôr as coisas no seu lugar

E dizer, ao que vimos, sem ambiguidades, com realismo e com verdade.

## Incapacidade de compreensão (socialista) da natureza desta crise internacional.

O que mais impressiona no discurso socialista é a incapacidade de compreensão da natureza desta crise internacional.

Incompreensão tão claramente retratada na intervenção de quarta-feira

do Primeiro-Ministro: simplista, maniqueísta, superficial.

O Governo convenceu-se e procura convencer-nos que a crise instalada – e a estagnação e recessão que aí vêm – é uma reedição, uma segunda versão, talvez mais moderada, da crise de 1929, da Grande Depressão.

E, por isso, o grande antídoto reside num programa de obras públicas, megalómano e faraónico, que, aliás, note-se, já existia e estava planeado, antes de a crise ter surgido e até, já depois de ela estar aí, visível para todos, mas o Governo teimar não a reconhecer.

Onde, depois da II Guerra Mundial, houve um Plano Marshall, impor-se-ia agora um plano, decerto não menos ambicioso, o “Plano Mário Lino”.

Não por acaso, o Primeiro-Ministro, pomposamente, como quem dá lições de ciência económica, tem citado recorrentemente Keynes e evoca agora o Presidente Roosevelt.

Nós já sabíamos que o Primeiro-Ministro e os seus Ministros tinham uma obsessão com o passado, gastando grande parte das suas energias com o “revisonismo histórico” – e uso o conceito no mais puro sentido estalinista – dos anos de 2002, 2003 e 2004.

O que não lhes conhecíamos era esta “melancolia”, esta “nostalgia” política pelos anos 30 e 40 do século XX.



Este revivalismo dos anos 30 e do New Deal, para além do lado insólito e anedótico que revela, mostra bem – desgraçadamente para Portugal e para os portugueses – que o Governo não percebeu – ou o que será ainda mais grave, não quer mesmo perceber – a natureza da crise internacional.

Todos concordam em que o cerne desta crise financeira reside na escassez de crédito e no seu consequente encarecimento. Ou não há crédito ou ele é demasiado caro.

Até o Governo parece reconhecê-lo quando, em obediência à estratégia europeia, faz a aprovar o plano de garantias dos 20.000 milhões e o plano de recapitalização dos 4.000 milhões.

Pois bem, se há falta de crédito, se

a situação do défice externo português e da dívida externa portuguesa são o que são, como pode o Governo defender o uso, a seu bel talante, da despesa pública até limites nunca dantes vistos?

Como pode estimular o financiamento das obras públicas através do Orçamento de Estado e através de mais e mais endividamento das empresas que nelas colaborem? Como pode julgar que o estímulo pelo consumo não terá efeitos ainda mais devastadores nas contas externas, aumentando o fluxo asfíxiante das importações, sem promover a produtividade, a competitividade e as exportações das empresas portuguesas?

Numa crise com estas características, as obras públicas não são resposta nem são solução – não estamos em 1930, estamos em 2008.

Nesta conjuntura, trata-se precisamente do contrário: qualquer obra pública de envergadura e com impacto, antes de ser iniciada, tem de ser submetida ao mais exigente e criterioso dos exames económico-financeiros sobre a sua utilidade.

Se assim não for, aumentará desnecessariamente o endividamento externo, roubará às empresas do sector transaccionável a hipótese de se financiarem, agravará o “rating” da República, anulará o efeito benéfico da descida das taxas de juro pelo BCE, comprometerá indefinidamente o quadro financeiro das gerações futuras.

Senhor Primeiro-Ministro, é preciso dizê-lo com todas as letras, o receio das palavras, o Orçamento de Estado para 2009 demonstra que o Governo não foi capaz de compreender os desafios da actual crise financeira. Não a percebeu ou não a quer perceber.



**Se não percebeu, é incompetente. Se não a quer perceber, é temerário e é perverso**

Se não a percebeu, é incompetente. Se não a quer perceber, é temerário e é perverso e, a ser assim, então tudo estará explicado e dar-se-á expressão cabal ao “projecto dirigista”, ao “neo-socialismo”, ao recém inaugurado “capitalismo de Estado”, de que a nova lei geral das nacionalizações é o mais distinto e mais sofisticado sinal.

Um dirigismo que alimenta os grandes projectos públicos para criar uma teia de dependência dos agentes económicos, uma rede de envolvimento da sociedade civil, um instrumento governamental de comando e pilotagem político-social.

Ao teimar em não repensar as obras públicas, ao fazer orelhas moucas ao Presidente da República que, no 5 de Outubro, alertou para o endividamento externo, ao Presidente do Tribunal de Contas, a nomes insuspeitos como o do ex-Ministros socialistas Campos e Cunha e Daniel Bessa, ou até, ao menos em surdina, ao cada vez mais fragilizado Governador do Banco de Portugal, o Governo não está à altura da crise que aí se perfila e o seu modelo de resposta económica mostra-se esgotado e exaurido.

É urgente uma alternativa. Com um modelo de apoio às pequenas e médias empresas, de redução dos custos unitários de trabalho, de alívio de tesouraria e liquidez, de promoção da produtividade, da competitividade e da capacidade exportadora das unidades empresariais, de estímulo sistemático à poupança, o PSD tem essa alternativa. O PSD é essa alternativa.

Senhoras e Senhores Deputados Poderia porventura dizer-se: o Governo não tem competência nem envergadura para lidar com os desafios da crise internacional, mas, ao menos, soube lidar com os tempos de prosperidade relativa destes quase quatro anos. Ou seja, não será nem é competente nos momentos de crise, mas cumpre os mínimos em alturas de bonança.

Mas também o Orçamento de 2009 e as suas previsões macro-económicas, até na versão delíco-doce e propagandística do Governo, são a prova do fracasso das políticas da legislatura que agora acaba.

Mesmo aceitando – que não se aceitam – as previsões irrealistas (e por vezes, surrealistas) do Governo, há menos crescimento em 2009 do que em 2004, há mais desemprego em 2009 do que em 2004, há mais carga fiscal em 2009 do que em 2004.

E já nem se fala do agravamento desmesurado do défice externo, da dívida externa e da dívida pública.

Tudo o que demonstra que os sacrifícios dos portugueses em 2005, em 2006, em 2007 e em 2008 foram em vão, foram desperdiçados, de nada serviram.

Tudo o que permite concluir que o Governo não só não tem uma resposta adequada à crise internacional, como nos deixou em condições muito mais difíceis para reagir a essa crise.

O Governo agita em seu abono a redução do défice – será decerto o único indicador em que nos deixa algo melhor –; mas não podemos esquecer que o fez da forma mais fácil e mais dolorosa: através do aumento exponencial da carga fiscal. Não vale a pena agitar sofismas ou falácias, os números falam por si: a despesa pública em percentagem do PIB, prevista para 2009, está nos píncaros e atinge o seu recorde.

A pergunta que tem de se fazer é, pois, a que segue: se este Governo não nos soube governar em tempos favoráveis, como poderá fazê-lo em altura de crise e de incerteza?

Três semanas depois da desastrosa apresentação do Orçamento, já não merece a pena vir aqui mostrar, ponto por ponto, que se trata de um Orçamento irrealista, de ilusão, assente na mistificação dos números. As projecções do FMI e da União Europeia encarregaram-se de o fazer de modo irrefutável.

Mas vale a pena denunciar – porque se trata de um imperativo de transparência e rigor, mas também de uma exigência da cidadania – os truques, artificios e manhas usados na sua elaboração.

Primeiro, o simulacro da apresentação da “pen”; depois, o cavalo de Tróia do financiamento partidário, cuja responsabilidade ninguém quer assumir; mais recentemente, e com impacto orçamental seguro, a “trapalhada” da nacionalização do BPN e o “golpe de rins” de uma lei-quadro das nacionalizações. E que pensar da não tradução orçamental do impacto

eventual dos planos de apoio à banca, seja em termos de garantias, seja em termos de recapitalização? E que dizer da alteração metodológica que, manhosamente, só é aplicada a valores de 2009 e impede a comparação directa com os valores dos anos anteriores? Ainda por cima, assumida numa tímida referência de rodapé, à boa maneira das apólices das seguradoras de má fama? E ampla falta de informação sobre as parcerias público-privadas, confirmada pela UTAO? E a cláusula de extinção do visto prévio do Tribunal de Contas nos hospitais-empresa? E a subida dos pagamentos por conta para uma grande parte das empresas, quando se anuncia a baixa para as restantes?

Que credibilidade pode exibir um Orçamento elaborado e apresentado nestes termos? E esta sequência de episódios e trapalhadas não será sintoma de algum desnorde e nervosismo do Ministério das Finanças, isto é – e voltando ao princípio – da sua incapacidade para lidar com uma situação de crise e adversidade?

Senhoras e Senhores Deputados Não vale a pena os “Ministros políticos” deste Governo – que os das áreas técnicas e sectoriais foram proibidos de falar – virem perguntar, naquele “tonzinho” irónico de “mestre-escola”, já gasto e acabado, quais as obras públicas que, em concreto, o PSD faria ou deixaria de fazer.

A questão não é essa. Antes fosse. A questão é de modelo, a questão é que o PSD nunca faria um Orçamento destes ou, se quiserem, este Orçamento. A nossa política seria – e será – tão radicalmente alternativa, que, por mais remendos que se façam, nunca poderíamos apoiar um Orçamento construído nestas



premissas.

Não temos ilusões sobre o fracasso a que nos conduzirá a política aqui assumida. Mas ainda assim fazemos propostas, enxertos que podem minimizar os danos da política económica e financeira do Governo e que são a antevisão e as sementes da alternativa de que Portugal precisa em 2009.

Assim, esperamos que o Governo – desta feita, é já a terceira vez que o anuncia – vá mesmo pagar as dívidas às empresas; que adopte o regime de pagamento do IVA com base no recebimento e não na facturação; ou, ao menos, que deixe cair a imoralidade das multas a quem não paga o IVA só por que não o recebeu; que extinga o pagamento especial por conta; que reduza em mais 1% a taxa social única; que alargue excepcionalmente o período do subsídio de desemprego; que aposte, ao menos uma vez na vida, na poupança.

Termino, Senhoras e Senhores Deputados,

termo dizendo que votaremos contra este Orçamento, que finalmente esclarece que a já longa e infantil negação da crise resultou da desorientação de quem não sabe lidar com ela, que a aposta irresponsável no programa de obras públicas resulta do pânico de quem não compreende a essência desta crise, em suma, que o Orçamento de 2009, mostra com um ano de antecedência, que o PS já não está preparado para governar Portugal.

- Paulo Rangel





# Vasco Graça Moura e outros 15 especialistas europeus debatem tradução enquanto “língua da Europa”

O Eurodeputado do PSD e escritor, Vasco Graça Moura participou em Bruxelas num debate sobre a Tradução enquanto Língua da Europa organizado pela Comissão Europeia que a convite do Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso e do Comissário para o Multilinguismo Leonard Orban, reuniu 16 especialistas europeus nas questões da tradução literária e edição.

O tema inspira-se em Humberto Eco que afirmou «A língua da Europa é a tradução». Vasco Graça Moura, que é o Relator do Parlamento Europeu para o Multilinguismo, foi o Relator de um dos Debates

A Comissão organiza em Bruxelas um debate sobre a tradução enquanto «língua da Europa»

O Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e o Comissário Europeu responsável pelo multilinguismo, Leonard Orban, convidaram 16 personalidades europeias bem conhecidas – tradutores, escritores, editores e críticos literários – para um almoço-debate sobre tradução e cultura, que terá lugar amanhã, em Bruxelas. De manhã, antes do almoço debate, realizar se-á uma mesa-redonda entre os participantes subordinada aos seguintes temas: a tradução como ponto fulcral para o diálogo entre culturas; uma ponte intelectual entre línguas de maior e menor expressão; a tradução em todas as suas formas e com todos os seus intervenientes.

O Comissário Orban declarou «Vejo a tradução como uma das expressões do multilinguismo. Uma sociedade é multilingue não só quando os seus cidadãos falam diversas línguas, mas também quando essas línguas se mantêm em constante comunicação através da tradução. Na realidade, a tradução implica uma negociação permanente entre o autor, o tradutor e o leitor. Na Europa, conhecemos bem esta realidade, dado que a negociação está na base da nossa união.»



para a aprendizagem das línguas, a integração dos trabalhadores migrantes, a conservação da identidade, a promoção da literacia, a aquisição de competências na língua materna e nas novas tecnologias.

Antecedentes

A tradução é um aspecto essencial da nova estratégia para o multilinguismo enunciada recentemente pela Comissão na seguinte comunicação:

[http://ec.europa.eu/education/languages/news/news2853\\_en.htm](http://ec.europa.eu/education/languages/news/news2853_en.htm)

O programa comunitário «Cultura» (2007-2013) apoia a tradução literária entre línguas europeias com o objectivo de promover o conhecimento da literatura e do património literário dos países europeus, contribuindo assim para o reforço das políticas em matéria de multilinguismo e estimulando o diálogo intercultural.

Entre os candidatos elegíveis contam-se editoras públicas ou privadas assim como grupos editoriais que pretendam publicar uma obra de ficção (romance, novela, conto, teatro, poesia ou banda desenhada).

Graças aos anteriores programas comunitários no domínio da tradução literária, já foram traduzidos vários milhares de livros, nomeadamente com subvenções concedidas ao abrigo do programa «Cultura 2000», cujas actividades prosseguem no âmbito do novo programa. Todos os anos, têm sido beneficiários desta acção muitos editores que publicam obras nas línguas menos faladas. – **Marques Duarte**

## Pescas: a política das quotas dá os seus frutos mas serão necessários mais esforços para 2009

A Comissão Europeia apresentou no princípio da semana a sua proposta relativa às possibilidades de pesca e ao esforço de pesca para 2009 no que respeita aos principais recursos haliéuticos do Atlântico Nordeste, incluindo o mar do Norte. A proposta tem em conta o parecer científico mais recente sobre o estado das unidades populacionais de peixes emitido pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM), o parecer do Comité Científico, Técnico e Económico da Pesca (CCTEP) da Comissão, assim como as informações comunicadas pelos interessados. A sobreexploração da maior parte das unidades populacionais de peixes continuou em 2008. Por conseguinte, para desenvolver um sector próspero no futuro, torna-se necessário pescar menos a curto prazo. A política da Comissão consiste em assegurar a reconstituição das unidades populacionais de peixes através de planos a longo prazo para as principais espécies. No caso das demais unidades populacionais, é aplicada uma abordagem gradual, que consiste em alterar as quotas de 15% ou menos cada ano. Este tipo de abordagem permite assegurar uma certa estabilidade aos pescadores e, ao mesmo tempo, favorecer uma evolução no sentido de obter pescarias mais sustentáveis de um ponto de vista ecológico.

Joe Borg, Comissário Europeu responsável pelos Assuntos Marítimos e as Pescas, declarou: «Conseguimos progressos reais no domínio da gestão das pescarias nos últimos seis anos e começamos a observar resultados positivos, nomeadamente a recuperação de determinadas unidades populacionais no quadro dos planos de gestão a longo prazo. Porém, as boas notícias continuam a ser uma excepção e não a regra. A sobrepesca foi de tal ordem e durante tantos anos que perturbou gravemente o equilíbrio dos ecossistemas marinhos de que as nossas pescarias dependem. Para restabelecer a sua produtividade será necessário, num grande número de casos, pescar menos hoje por forma a permitir uma recuperação

### Personalidades convidadas para o almoço-debate sobre cultura e tradução:

- |                           |                 |
|---------------------------|-----------------|
| - JACQUES DE DECKER       | (Bélgica)       |
| - MYRIAM DIOCARETZ        | (Países Baixos) |
| - BERNARD FOCCROULLE      | (Bélgica)       |
| - FRANCOIS JULLIEN        | (França)        |
| - JENS CHRISTIAN GRØNDAHL | (Dinamarca)     |
| - MARTIN SOLOTRUK         | (Eslováquia)    |
| - RADU MIHAILEANU         | (Roménia)       |
| - CHRISTINE JORDIS        | (França)        |
| - VASCO GRAÇA MOURA       | (Portugal)      |
| - HUGO DE GREEF           | (Bélgica)       |
| - SERGIO PENT             | (Itália)        |
| - ANNETTE WASSERMAN       | (Alemanha)      |
| - NICOLAE MANOLESCU       | (Roménia)       |
| - JAVIER SANTILLAN        | (Espanha)       |
| - ERIC LANE               | (Reino Unido)   |
| - MICHAEL ZEEMAN          | (Países Baixos) |

Este almoço-debate constitui a primeira de duas etapas de uma iniciativa que se completará em Abril de 2009 com uma conferência mais vasta sobre a tradução literária. Pretende-se incentivar o papel da tradução em geral e da tradução literária, em particular. Segundo disse Umberto Eco «A língua da Europa é a tradução». A tradução literária tem uma importância transversal. Envolve escritores e editores, bem como críticos, e desempenha um papel noutros sectores da cultura, como o cinema e a música. A tradução é também importante



das unidades populacionais de peixes. Estou ciente de que será um processo difícil para as frotas em causa. Porém, se quisermos restabelecer a base ecológica de um sector das pescas europeu verdadeiramente sustentável, não teremos outra escolha.»

Os principais elementos da proposta da Comissão são os seguintes:

- No respeitante às unidades populacionais de peixes brancos:

Na zona a oeste da Escócia, as unidades populacionais de bacalhau, arinca e badejo estão sobreexploradas, tendo as capturas baixado drasticamente nos últimos dez anos. A Comissão propõe conceder uma moratória a estas unidades populacionais, por forma a permitir a sua reconstituição. Para este fim, será necessário suspender a pesca dirigida a estas espécies e introduzir novos tipos de artes de pesca que permitam a sua fuga, mas retenham as espécies de maior valor nesta pescaria (camarão e tamboril).

**Os níveis de abundância das unidades populacionais de bacalhau são ainda muito baixos**

Os níveis de abundância das unidades populacionais de bacalhau são ainda muito baixos na maior partes das zonas, mas tem-se registado um recrutamento de peixes jovens no mar do Norte, que necessitam de protecção para permitir a sua reprodução. A Comissão propôs certos melhoramentos do plano de recuperação que tinha elaborado, prevendo o novo plano reduções de 25% das quotas e da intensidade de pesca destas unidades populacionais. A proposta apresentada hoje introduz também um sistema de limitação do esforço de pesca do bacalhau baseado em limites expressos em quilowatts-dias, em vez do sistema de «dias no mar» aplicado em 2008.

- No respeitante ao arenque:

É necessária uma redução substancial das quotas de arenque a fim de evitar um novo declínio da unidade populacional. Assim, para a unidade populacional a oeste da Escócia, a Comissão propõe uma redução das quotas de 25 %.

- No respeitante ao linguado do mar do Norte:

A unidade populacional de linguado do mar do Norte é gerida no âmbito de um plano de gestão a longo prazo, que prevê um aumento das quotas de 7 % este ano.

- No respeitante ao galhudo malhado e ao tubarão-sardo:

Os pareceres científicos recentes sobre estas unidades populacionais de tubarões de profundidade confirmam o seu estado biológico extremamente depauperado. Em consequência, a Comissão propõe um TAC (total admissível de capturas) nulo.

- No respeitante à maruca azul:

Com base nos pareceres científicos e na consulta dos interessados, a Comissão propõe medidas destinadas a proteger as populações reprodutoras de maruca azul através da introdução de duas zonas de protecção na zona a oeste da Escócia.

- No respeitante às espécies de vida curta:

Os sistemas de gestão no decurso do ano serão novamente aplicados no caso das espécies de vida curta, como o biqueirão no golfo da Biscaia e a galeota, faneca da Noruega e espadilha no mar do Norte. No caso do biqueirão, a pesca continuará encerrada, sob reserva de reexame quando estiverem disponíveis os dados sobre a abundância na Primavera.

A proposta inclui ainda medidas que transpõem as obrigações da UE no contexto das organizações regionais de gestão das pescas, designadamente disposições destinadas a executar o regime de medidas adoptadas pelo Estado do porto para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada na zona da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo.

A proposta da Comissão será debatida no Conselho dos Ministros das Pescas, que terá lugar de 17 a 19 de Dezembro, por forma a poder ser aplicada a partir de 1 de Janeiro de 2009.



## Notícias rápidas da semana passada em Bruxelas

### • Semana Europeia da Juventude de 2008

A Semana Europeia da Juventude de 2008 foi celebrada, de 2 a 9 de Novembro, através de mais de 500 actividades e eventos em toda a Europa. Em Bruxelas, o destaque foi para as “Celebrações da Juventude Europeia”, em 5 de Novembro, durante as quais sete projectos que haviam beneficiado de financiamento do programa Juventude em Acção receberam os troféus na presença do Comissário Europeu responsável pela Educação, Formação, Cultura e Juventude.

(Desenvolvimento em IP/08/1666)

### • Pescas: a política das quotas dá os seus frutos, mas serão necessários mais esforços para 2009

A Comissão Europeia apresentou hoje a sua proposta relativa às possibilidades de pesca e ao esforço de pesca para 2009 no que respeita aos principais recursos haliêuticos do Atlântico Nordeste, incluindo o mar do Norte. A proposta tem em conta o parecer científico mais recente sobre o estado das unidades populacionais de peixes emitido pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM), o parecer do Comité Científico, Técnico e Económico da Pesca (CCTEP) da Comissão, assim como as informações comunicadas pelos interessados. A sobreexploração da maior parte das unidades populacionais de peixes prosseguiu em 2008. Por conseguinte, para desenvolver um sector próspero no futuro, torna-se necessário pescar menos a curto prazo. A política da Comissão consiste em assegurar a reconstituição das unidades populacionais de peixes através de planos a longo prazo para as principais espécies. No caso das demais unidades populacionais, é aplicada uma abordagem gradual, que consiste em alterar as quotas de 15% ou menos cada ano. Este tipo de abordagem permite assegurar uma certa estabilidade aos pescadores e, ao mesmo tempo, favorecer uma evolução no sentido de obter pescarias mais sustentáveis de um ponto de vista ecológico.

(Desenvolvimento em IP/08/1669)

### • Comissão Europeia lança Farmland, uma forma divertida de as crianças aprenderem mais sobre o bem-estar animal

A fim de sensibilizar as crianças para a importância de se tratar os animais de criação com respeito e humanidade, a Comissão Europeia lançou hoje o novo sítio web infantil dedicado à saúde e ao bem-estar dos animais. O Farmland é um jogo online interactivo e informativo dirigido às crianças dos 9 aos 12 anos, que tem também por objectivo ajudar os consumidores de amanhã a efectuarem escolhas mais informadas sobre os alimentos que consomem. A Comissão está igualmente a desenvolver um kit online, destinado aos professores, com exercícios que podem ser utilizados nas aulas para ajudar as crianças a compreender melhor a importância do bem-estar dos animais. Vários Estados Membros manifestaram já o seu interesse neste projecto.

(Desenvolvimento em IP/08/1670)

### • Comissária Europeia da Política Regional encoraja a Suíça a reforçar a cooperação com a União Europeia

A Comissária Europeia da Política Regional, Danuta Hübner, é esperada hoje em Berna e Lucerna para participar em várias reuniões sobre as relações entre a Suíça e a UE e, mais especialmente, sobre a participação da Suíça nos programas de cooperação relacionados com a política regional europeia. Os objectivos da nova política regional da Suíça aproximam-se, com efeito, dos da política regional europeia e da Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego, na medida em que destacam a inovação, as pequenas empresas, a formação, a transferência de conhecimentos e as regiões menos favorecidas, como as zonas montanhosas e rurais.



# A degradação da política externa portuguesa

J. Pacheco Pereira (\*)

Eu imagino o ar entalado do ministro dos Negócios Estrangeiros, um homem civilizado e capaz, moderado e “diplomata”, no bom sentido da palavra, ao ver o que se estava a passar, ao ver o seu primeiro-ministro a fazer de vendedor de cobertores como se estivesse numa feira manhosa, promovendo o “verdadeiro computador ibero-americano”. Sócrates, na pele de vendedor de uma empresa privada, a JP Sá Couto, que produz em regime de monopólio um computador que o Estado português “compra”, sem concurso público, em condições mal explicadas e mal esclarecidas, deu mais um passo num processo bizarro de envolvimento do Estado português como caixeiro-viajante de uma só empresa portuguesa. Imagino o que dirão as outras empresas do mesmo ramo, esmagadas perante esta competição desigual.

Ninguém está obviamente contra a chamada “diplomacia económica”, nem ela em si rebaixa ninguém. Os americanos vendem a Boeing, os finlandeses a Nokia e os franceses o Airbus, os franceses aliás vendem até muito mais do que o Airbus, a julgar pelas armas que Saddam tinha, já o embargo internacional ao Iraque estava em vigor. Mas o caso do “Magalhães” está a transformar-se numa estranha promiscuidade entre uma empresa privada, na qual o Estado português formalmente não tem qualquer interesse, nem escolheu por qualquer concurso público (o mito urbano é que foram as operadoras de comunicação que decidiram tudo sobre o “Magalhães”, que apenas depois foi colocado no sapatinho do primeiro-ministro para ele fazer propaganda), e que acaba por se tornar central na política de vendas do Estado português. A JP Sá Couto não trabalha de graça, como é óbvio, e beneficia exponencialmente de ter a diplomacia portuguesa e o primeiro-ministro a vender os seus produtos e a aumentar os seus lucros.

Mas a história só piora cada dia. Ela está a degradar cada vez mais a nossa política externa, com momentos ridículos, pasto dos Gatos Fedorentos, tanto mais que se passam numa cimeira internacional. É penoso ver Sócrates a dar computadores, numa extensão do e-escolinhas, aos chefes de Estado ibero-americanos, perante o sorriso irónico da maioria dos chefes de Estado, que, ou aproveitavam a descontração para ir ver o correio íntimo ou o site dos jornais da oposição dos seus países (quando ainda sobrevive a oposição),

ou o puro desinteresse daqueles que não estão ali para ouvir aquelas brincadeiras um pouco inconvenientes. Sócrates nem sequer se apercebe, que, quando diz que o computador é resistente aos líquidos, pela cabeça daqueles adultos empedernidos, os líquidos que se imaginam não são propriamente nem água, nem leite, nem iogurte.

Mais. Sócrates obviamente nunca faria uma cena daquelas num conselho europeu, e nessa diferença está a rebaixar os seus anfitriões, como se estivesse ali a fazer de sr. Oliveira da Figueira, a trocar umas contas de vidro por ouro entre os tuaregues do deserto. Sócrates falava para os “índios”. E os “brancos” na reunião, como Zapatero, estavam noutra. Um desses índios, explicou ele, uma criança grande chamada Chávez, uma criança descuidada e desajeitada, até tinha atirado o “Magalhães” ao chão para lhe gabar a resistência. E nem sequer passava pelo óraculo da televisão a mensagem de “Não tentem repetir isto em casa”. Gostava de ver as criancinhas, perante o olhar horrorizado dos pais, a atirar o “Magalhães” contra as paredes. Experimentem e mandem a conta a Chávez e a Sócrates.

Eu tinha vergonha de lá estar e ouvir um primeiro-ministro de Portugal a dizer que os seus assessores não precisavam de outro computador para trabalhar a não ser o “Magalhães”, concebido para as crianças do ensino básico, o que implica que devem passar o dia a soletrar a tabuada com carneirinhos e florzinhas a voar no ecrã. Deve ter sido assim que foi feito o Orçamento pelos assessores, a jogar ao “peixinho” no “Magalhães”, até que uma “mão invisível” saindo da sombra, certamente com um Dell ou um Sony Vayo ou um MacBook Air ou um qualquer computador muito a sério, lá escreveu a anónima alteração da lei do financiamento partidário. Essa não foi feita de certeza num “Magalhães”. É que, se fosse verdade que os seus pobres assessores tivessem de laborar nos seus gabinetes de “Magalhães” à frente, o que obviamente não é verdade, isso diria muito sobre o infantilismo de toda esta conversa.

Não é só que não haja paciência, não há outra coisa, não há a noção de que a nossa política externa não pode estar reduzida a uma imitação europeia de Chávez. Sim, porque não é Chávez que imita Sócrates, é Sócrates que anda a imitar Chávez, e o original é muito melhor do que a imitação. Infelizmente de há muito que a nossa política externa anda por casas de muito má fama, /.../ . Uma, duas, três vezes. Já o disse e repito: aquilo que Sócrates dá verdadeiramente /.../ não é o “Magalhães”.

Não é o “verdadeiro computador

ibero-americano”, por singular coincidência ianque e da Intel, que eles querem. Dá-lhes jeito para repetir umas cenas de propaganda, a troco de um navio de petróleo, mas o que Sócrates lhes dá no fundamental é a respeitabilidade de serem unha com carne com um país da União Europeia, cujo primeiro-ministro não se importa de andar de braço dado com eles na rua.

A degradação da nossa política externa está não em dar-se com todos os países com que temos relações diplomáticas, não em fazer negócios mesmo com gente pouco recomendável, mas sim na caução e legitimação política dada a regimes opressivos e pouco democráticos. É por isso que Chávez tanto gosta de Sócrates. Ele é o seu “europeu” de estimação, o seu troféu na União Europeia para atirar à cara dos ianques e de gente como o Rei de Espanha que o mandou calar. É também este atestado de legitimidade que andamos a vender, não é só o “Magalhães”. - (\*) *Professor universitário, escritor, analista político. (in: “Abrupto”, © P.P. Pereira)*

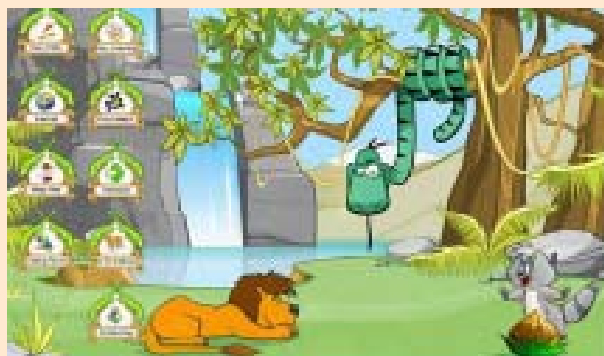
## Adenda: «Uma técnica que vem nos livros»

Uma técnica que vem nos livros: Manuela Ferreira Leite dá uma entrevista de fundo ao Diário de Notícias onde fez muitas (e, do meu ponto de vista, certas) críticas ao governo. Os especialistas de «spin» governamental encontraram de imediato uma maneira de ocultar as críticas através da circulação de uma

Resposta: Desemprego de Cabo Verde, desemprego da Ucrânia, isso ajudam. Ao desemprego de Portugal duvido...

A resposta pareceu tão inócua que o Diário de Notícias nem sequer a colocou em letras grandes, subordinando-a, e bem, às críticas à política de obras públicas. E Deus sabe (pelo menos Ele), quanto o Diário de Notícias desejaria ter lenha para queimar a senhora, com o seu residente grupo de adeptos de Passos Coelho nas páginas que cobrem o PSD. Mas nem isso. Mas o PS não brinca em serviço e com os seus especialistas de spin, reparou logo e começou toda uma saga de transformar Manuela Ferreira Leite na versão nacional de Haider. Vitalino Canas veio logo dizer que “a frase de Manuela Ferreira Leite tem um fundo xenófobo”, uma personagem da JS, convenientemente entrevistada pela Lusa (\*\*), veio dizer, do cimo da sua imensa autoridade, que Manuela Ferreira Leite “devia pensar mais antes de falar, se não quis transmitir desrespeito pelos imigrantes que trabalham em Portugal”. Apareceram logo umas associações de imigrantes a protestar e irá aparecer o Bloco de Esquerda em força e o dr. Menezes, tão certo como dois e dois serem quatro.

(\*\*) Eu considero normal que a Lusa seja muito rápida a ouvir o PS quando fala o PSD, de tal maneira que não há afirmação que apareça



Software usado no seu trabalho pelos assessores do Primeiro-ministro, “que não precisam de outro computador” a não ser o “Magalhães”

prejudicial afirmação “escandalosa”. É tudo muito conhecido e, no “thin air” da nossa comunicação social, onde entre os simpatizantes do PS e os simpatizantes de Passos Coelho, Santana Lopes e Menezes (a Norte), não faltam vozes para fazerem este serviço. Neste caso a sequência original é esta

Pergunta: As obras públicas ajudarão pelo menos ao factor desemprego?

limpa, sem resposta. Só me admira que tal rapidez não se verifique para o Governo e, mal Sócrates acabe uma das sessões de propaganda ou uma cena lastimável como a do “Magalhães” nas Américas, não haja a mesma imediatividade e o discurso apareça sempre limpo e direitinho. O mesmo se passa com a RTP, onde há pressas e lentidões, conforme os interlocutores. - (P.P. Idem)

## 2008 Pior que 2004

Luís Filipe Rodrigues (\*)

A incapacidade do Partido Socialista para governar em época de crise está mais uma vez a vir ao de cima, ampliando a desconfiança dos portugueses.

Como é que é possível um Primeiro-Ministro de um País da União Europeia no Séc. XXI, em plena crise nacional agravada pela conjuntura internacional, afirmar que o País se deve continuar a endividar para financiar obras de mais que duvidosa rentabilidade económica e social, apresentando estas, em muitos casos, erros que hipotecam o futuro de todos nós.

Acenar com o papão de que se não se lançarem essas obras o emprego do próximo ano estará em causa, é uma chantagem inaceitável. Pois é, sabe o Primeiro-Ministro que se avançar com estas mega-obras sem as reavaliar e sem as repensar conduzirá inevitavelmente o País para um abismo de onde dificilmente se desviará.

Neste cenário que o PS tenta pintar de cor de rosa, verifica-se que a situação dos portugueses é muito pior em 2008 do que em 2004, como se pode constatar pelo quadro seguinte:



	2004	2008
Crescimento económico	1,5%	0,8%
Inflação	2,5%	2,9%
Desemprego	6,7%	7,6%
Défice Externo (em função do PIB)	6,1%	10,6%
Endividamento do País	64%	100%
Despesa Pública Total	46,4%	47,8%
Despesa Corrente	42%	44,3%
Despesa Corrente Primária	39,3%	40,9%
Dívida Pública	58,3%	64%
Carga Fiscal	34,2%	37,5%
Rendimento por Habitante	74,7%	73,3%

(da média europeia)

Usando o ranking do World Economic Fórum, o Governo reconhece que Portugal estava na 25.ª posição em 2004, descendo em 2008/2009 para a 43.ª posição.

Como cidadão e como responsável político não posso aceitar que o nosso país se atrase continuamente por incapacidade e incompetência do actual Governo.

Tenho a obrigação de contribuir para o esclarecimento da opinião pública, propondo caminhos alternativos, para que Portugal e o Distrito de Setúbal apresentem melhores condições de vida para os nossos filhos. (\*) *Engenheiro, Deputado do PSD, Secretário-Geral Adjunto da CPN*

### NOTA (também actual):

**Facto** – Esta semana estava a entrar numa farmácia, pelas 22h00, quando quase tropeço numa pessoa que vem a sair cabisbaixa, com um capuz na cabeça e com a cara tapada, pensando eu que se estava a proteger do frio da noite. Entrei na farmácia e olhei para os funcionários que estavam todos ao balcão com um olhar atônito e logo me apercebi do que se tinha passado. “Acabamos de ser assaltados!” disse a farmacêutica de serviço.

**Comentário** - Infelizmente, acompanhando a crise económica que atravessamos, o Distrito de Setúbal continua a ser “assaltado” pela insegurança de pessoas e bens, sem que o Governo consiga encontrar soluções. É este o caminho?

- LFR

## A falência do Banco de Portugal

Ricardo Rio (\*)

Quando há algumas semanas se vivia o “aparente” epicentro da crise financeira internacional e começaram a surgir as primeiras notícias sobre a falência de instituições financeiras de firmados créditos nos mercados internacionais, os responsáveis do Governo e do Banco de Portugal foram taxativos: “Não há risco de contaminação desta crise ao sistema financeiro nacional.”

Ora, por paradoxal que tal possa parecer quando acabamos de assistir à falência e posterior nacionalização de uma instituição bancária no nosso País – o BPN – Banco Português de Negócios -, a verdade é que, pelo menos em termos de efeitos directos, esses responsáveis terão falado verdade.

Isto é, ninguém admite hoje que os factores que estiveram na origem da estrondosa derrocada do BPN e que poderão pôr em risco outras entidades de pequena, média ou grande dimensão em Portugal têm a ver com a mesma natureza de motivos que desencadearam o recente terramoto nos mercados financeiros mundiais.

E, em bom rigor, assim acontece. Como há muito vinha sendo pressentido (até publicamente) e como agora foi intensamente propalado, as dificuldades do BPN, primeiro de natureza estrutural (económica e financeira) e, depois, de natureza conjuntural (com problemas de falta liquidez), resultaram de erros de gestão, tanto mais graves quanto muitos terão estado associados a práticas alegadamente ilegais, prolongadas no tempo.

A saber, e baseando-me apenas nas declarações dos responsáveis públicos, os mais de 700 milhões de Euros de prejuízos acumulados à data terão resultado de “excessiva exposição a produtos de risco” e de “operações de crédito clandestinas”, o que terá levado o BPN a “deixar de cumprir com os seus rácios de solvabilidade”.

A progressiva saída dos recursos captados junto de particulares e institucionais e as dificuldades na concretização do Plano de Recuperação gizado por Miguel Cadilhe – que assumiu a Presidência do Banco em Junho último – já tinham obrigado o BPN a contrair em Outubro um empréstimo no valor de 200 milhões de euros junto da Caixa Geral de Depósitos para fazer face a uma situação de falta de liquidez grave.

Ao longo das últimas semanas, perante a impossibilidade de concretização de parte do aumento de capital que constava do “Plano Cadilhe”, a Administração do BPN (ou da Sociedade que detém a maioria do seu capital) tentou proceder à alienação do Banco a outras instituições de crédito nacionais, bem como sensibilizar o Governo para a eventual injeção de capitais públicos que reequilibrassem a situação financeira da instituição, mas nenhuma dessas iniciativas terá sido bem sucedida.

Chegou-se assim ao fatídico dia 2 de Novembro e ao anúncio de nacionalização do BPN, enquanto “melhor alternativa para defender os interesses dos depositantes da instituição” e para suster as réplicas deste terramoto no conjunto do sistema financeiro nacional.

De então para cá, seguiram-se a dura Conferência de Imprensa de Miguel







Cadilhe – a rejeitar a solução adoptada e a apontar a “grave e demorada falha de supervisão”, a trapalhona iniciativa Governamental de aprovar uma Lei Geral para Nacionalizações como anexo de um processo concreto e os múltiplos reparos da Oposição, uns mais extremados que outros, mas especialmente centrados na figura do Governador do Banco de Portugal.

Se recuarmos alguns meses, as primeiras notícias sobre pedidos de esclarecimentos do Banco de Portugal ao BPN surgiram em finais de 2007, ao que se seguiram processos de contra-ordenação que culminaram nas saídas de José Oliveira e Costa, em Fevereiro de 2007, e Abdool Vakil, em Junho último.

Em Maio, foram responsáveis superiores do BPN a denunciar a pretensa prática de “crimes financeiros”, enquanto que, logo após a sua tomada de posse (e segundo notícia do Expresso de Agosto), Miguel Cadilhe terá imposto a adesão a uma espécie de convénio de rejeição de todo e qualquer tipo de práticas e produtos de legalidade duvidosa. Tarde demais, porém.

Sucedendo que uma das funções cometidas ao Banco de Portugal é “garantir a estabilidade e a solidez do sistema financeiro, de modo a assegurar a eficiência do seu funcionamento, a segurança dos depósitos e dos depositantes e a protecção dos consumidores de serviços financeiros”. É para isso que existe um “Departamento de Supervisão Bancária”.

Ora, antes de se avançar com o pedido de demissão do Governador, que pode mudar a capa mas não a essência das práticas da supervisão bancária em Portugal, a sucessão próxima de ocorrências como as que se deram no BCP e, agora de forma bem mais grave, no BPN, aconselhariam a realização de uma Auditoria de Procedimentos imediata a este Departamento.

É que, na actual conjuntura, o mesmo não contribui apenas para a cabal prossecução das funções cometidas ao Banco de Portugal. Antes, ele deve mesmo assegurar a confiança dos cidadãos no Sistema Financeiro, nas Autoridades de Supervisão e poupar umas centenas de milhões de Euros aos contribuintes em circunstâncias como a que agora se verificou. – (\*) *Mestrado em Economia; Presidente da CPS/Braga; vereador da CM Braga; Correspondente do “Povo Livre”*

Notícias de Braga

## Ricardo Rio, candidato da Coligação «aprovado com distinção» no exame da Juventude Bracarense

Hugo Soares, Presidente da JSD Bracarense – estrutura da qual partiu a iniciativa para o encontro do Candidato à Câmara Municipal de Braga da Coligação “Juntos por Braga” com jovens do Concelho – lançou o mote para este evento inovador: “-Queremos demonstrar à sociedade que não são os jovens que estão afastados da política, são os políticos que estão distantes das preocupações da juventude.”

Daí que, segundo o líder desta estrutura juvenil, a “conversa com Ricardo Rio” seria a oportunidade clara para os jovens do Concelho poderem colocar as suas questões, conhecerem melhor o candidato e as suas propostas para o futuro do Concelho e, num registo informal, poderem partilhar o entusiasmo e energia do próximo Presidente da Câmara Municipal de Braga.

A iniciativa foi amplamente divulgada nas Universidades, Escolas Secundárias e Profissionais do Concelho (junto do público-alvo da Geração Braga 2009) e a resposta dos jovens de Braga superou as expectativas da organização para a primeira iniciativa do género, levando até ao Hotel Turismo cerca de 120 participantes na noite da passada Sexta-feira, na sua esmagadora maioria sem qualquer vinculação partidária.

Entre estes, alguns dos “bloggers” mais representativos do Concelho, membros de Associações Juvenis e Culturais e 2 dos membros da equipa bracarense que conquistou a menção honrosa na edição de 2008 do Concurso “Cidades Criativas”, para lá de participantes de vários pontos do Concelho de Braga e de diferentes níveis de ensino.

### Ricardo Rio propõe-se mudar o destino do Concelho

Na sua intervenção inicial, o líder do PSD de Braga procurou dar resposta a três questões particulares: o porquê de se assumir hoje como candidato à Câmara Municipal de Braga, o contributo que pretende dar para mudar o destino do Concelho e os benefícios que pode proporcionar aos jovens em particular por via da sua Gestão do Município.



A resposta à primeira questão surgiu através de uma curiosa retrospectiva pessoal, à medida que Ricardo Rio recuperou as memórias da sua infância e juventude para dar uma visão das marcas do “progresso” de Braga: “-Eu nasci no Hospital de São Marcos mas sempre vivi do outro lado da rua, aqui na Avenida João XXI, pelo que vi nascer o Carandá, o Fajal, os prédios fronteiriços a André Soares, o túnel da Imaculada Conceição. Se calhar, a “aversão” que ainda hoje tenho aos túneis resulta desse desencanto de me terem posto o túnel à porta de casa e me dificultarem o acesso ao Parque da Rua de Diu.”

“Com o passar do tempo, e à medida que fui estudar e trabalhar para o Porto, que fiz várias viagens para vários pontos do mundo, continuei a questionar o porquê do péssimo crescimento de Braga, a falta de factores indutores de qualidade de vida que se encontram por todo o lado, a ausência de uma real política cultural ou de uma dinâmica económica compatível com a terceira cidade do País”, prosseguiu o Vereador na Câmara Municipal de Braga.

“Hoje sou candidato à Câmara Municipal de Braga porque à medida que vemos passar os anos temos que deixar a Idade dos Porquês e passar ao tempo de moldar, pelos nossos próprios actos, as respostas que queremos dar a cada pergunta que nos inquieta sobre o futuro que queremos

dar aos nossos filhos na cidade em que queremos viver.”

Daí que, na óptica de Ricardo Rio a sua candidatura represente uma oportunidade única, para “mudar o destino do Concelho”, “inverter o ciclo de perda de competitividade e qualidade de vida em que Braga mergulhou de há uma década a esta parte” e voltar a projectar a cidade dos arcebispos como exemplo de desenvolvimento, inovação e empreendedorismo no Euro-Região e no País.

Para tal, Ricardo Rio compromete-se a dar especial atenção às cinco áreas que mais lacunas registam no balanço dos 32 anos de gestão socialista: urbanismo, cultura, ambiente e qualidade de vida, economia e acção social, bem como a assumir uma nova postura na condução dos destinos da Autarquia.

“Os Bracarense e as suas principais instituições não precisam de quem os comande e controle, mas antes de quem dê condições para que possam fazer melhor em cada uma das suas áreas de intervenção. A Câmara tem que ser o catalisador e facilitador dos projectos, o apoio incessante a quem faz, o ouvido sempre disponível para quem precisa, o agente expedito de remoção dos obstáculos e de solução dos problemas que se colocam aos Bracarense, seja na área social, empresarial, cultural, desportiva ou juvenil.”, referiu.

Elencando medidas concretas para cada uma das áreas nucleares e colocando especial ênfase na articulação de tais propostas com o Contrato Político que celebrou em 2005 com a Juventude Bracarense, Ricardo Rio apontou como mote indissociável da gestão autárquica uma qualidade fundamental: a Inovação. “- Perante a falta de energia, ideias e arrojo de Mesquita Machado impõe-se que o próximo Presidente tenha bem presente que os desafios de recuperação da cidade exigem soluções financeiramente criativas e inclusivas da sociedade civil”.

#### Ricardo Rio posto à prova sem “rede” e sem cábula

Correspondendo totalmente às motivações desta iniciativa, foram cerca de 30 os jovens que não hesitaram em colocar questões, fazer reparos e expressar preocupações sobre as mais diversas facetas da Gestão

Municipal.

Ao longo das quase duas horas por que se prolongou o período de debate o líder da Coligação teve que dar mostras da consistência do seu projecto e do profundo conhecimento que detém sobre o Concelho e as diferentes áreas da intervenção camarária, abordando sem hesitação temáticas tão distintas quanto a preservação do património, as políticas de apoio à formação desportiva, a política energética da Autarquia, a insegurança, a proliferação dos espaços comerciais e a ausência de uma dinâmica turística e industrial, as políticas de trânsito e transportes públicos, a política de habitação, a gestão dos equipamentos culturais, as dificuldades financeiras e a megalomania de certos projectos camarários, o papel de Braga no contexto da alta velocidade e de outros projectos supra-municipais, o sistemático afastamento de Braga dos holofotes mediáticos nacionais.

O Rio Este, as Sete Fontes, o Centro Histórico, a Universidade do Minho, a Encosta do Bom Jesus, as freguesias rurais ou a futura Academia do Sporting Clube de Braga foram algumas das escalas de um percurso que terá percorrido grande parte do programa de acção da Coligação “Juntos por Braga”.

Oportunidade ainda para Ricardo Rio anunciar a formalização próxima de uma proposta de aplicação de um desconto de 50% nos bilhetes para jovens até aos 25 anos no Teatro Circo, na linha de uma sugestão da Comissão Política da JSD, porque “o Teatro Circo tem que ser uma casa da cultura para todos os Bracarenses” e frisar a insistência na colaboração com outros agentes culturais das cidades vizinhas, com vista à construção de uma real “Região da Cultura”.

Antes, o candidato da Coligação “Juntos por Braga” já elencara os que considera serem os factores críticos para o seu sucesso (não apenas

eleitoral, mas à frente dos destinos da Câmara Municipal de Braga).

“-Os Bracarenses, e em especial os jovens de Braga não se podem resignar. Não podem mergulhar no conformismo e na acomodação perante um destino que não tem que ser o seu. Não podem desperdiçar mais tempo nem as suas energias e capacidades a remoer em torno do que poderíamos ser e ter com uma diferente Gestão Municipal. Este é um tempo de fazer acontecer, de conjugar esforços e de construirmos uma Braga bem melhor, com todos e para todos”, apelou o Vereador Social-Democrata.

Em jeito de conclusão, Ricardo Rio voltou a dar provas de confiança no sucesso eleitoral em 2009, “-O “Domingo” da vitória da Coligação de que nos falava a sondagem do Diário do Minho é e será sempre quando Braga quiser!”.

– Gab. Imp. JSD/Braga

## Notícias de Cascais

# Comemorações dos 80 anos do “Jazz em cascais” Câmara distingue grandes vozes femininas do “Jazz”: Maria Viana e Maria João galardoadas com Medalha de Mérito Cultural

Por deliberação unânime, a Câmara Municipal de Cascais decidiu atribuir a Medalha de Mérito Cultural a Maria Viana e Maria João, no âmbito das comemorações dos “80 anos de Jazz em Cascais”. Uma distinção que realça o papel activo destas duas vozes femininas e o seu forte contributo para a história deste género musical em Portugal.

Maria Viana nasceu em Lisboa, a 17 de Março de 1958. Maria João Monteiro Granha nasceu em Lisboa, no dia 27 de Junho de 1956. Ambas possuem uma carreira nacional e internacional indiscutível no que à divulgação do jazz diz respeito, constituindo-se como duas vozes incontornáveis no género.

Os seus caminhos cruzaram-se por diversas vezes tendo sempre o Jazz e, em muitas ocasiões, também Cascais, por pano de fundo. Assim, no âmbito das comemorações de oito décadas de Jazz em Cascais decidiu a câmara Municipal de Cascais distinguir as duas artistas, reconhecendo o relevo destas duas carreiras dedicadas à música.

A atribuição das Medalhas de Mérito Cultural terá lugar no próximo dia 21 de Novembro no Auditório do Centro Cultural de Cascais, pelas 21h30, no âmbito do último concerto do programa 80 anos de Jazz em



Cascais.

#### “DE LISBOA A CASCAIS – ROSTOS, LIBERDADE E MEDICINA”

– Livro de Luísa Vilarinho apresentado no Estoril –

Numa altura em que se assinalam 120 anos sobre o nascimento do Monte Estoril, na sexta-feira, 31 de Outubro, às 21h30, na Junta de Freguesia do Estoril, Luísa Vilarinho apresenta o livro “De Lisboa a Cascais – Rostos, Liberdade e Medicina”. Na ocasião, inaugurou-se também a exposição de pintura “Luísa Vilarinho 2008 –

Ontem e Hoje”.

Num relato profusamente documentado e interligado com a vida médica, a autora debruça-se sobre as antigas termas das famílias Jorge e Carvalho-Viana, referindo-se ainda ao surgimento da Companhia Mont’ Estoril e evocando o seu principal fundador, Carlos Pecquet Ferreira dos





Anjos.

Como escritora, Luisa Vilarinho, apresenta uma obra relevante no âmbito da investigação da história local e da defesa do património histórico-cultural cascalense. Tem-se distinguido pela publicação de importantes obras sobre a história da Medicina em Portugal. De destacar o apoio prestado ao município nos seus projectos de defesa da memória local, no âmbito do Programa de Recuperação de Arquivos de Interesse Municipal.

Entre outras obras, publicou “Um Médico no Chiado: Dr. Salvador Villarinho Pereira (1879-1948)”, uma homenagem ao seu falecido pai, médico ginecologista e obstetra, Villarinho Pereira.

Maria Luísa de Sousa Villarinho Pereira destaca-se ainda como artista plástica, tendo sido galardoada em 1963 com a Medalha de Bronze, no âmbito do VIII Salão da Primavera, promovido pela Junta de Turismo da Costa do Sol, pela apresentação da aguarela Papoilas.

Como reconhecimento pelo importante papel na investigação da história local desta munição de Cascais, a Câmara Municipal de Cascais atribuiu-lhe em 2006 a Medalha de Mérito Cultural.

### SEMINÁRIO REÚNE ESPECIALISTAS EM CASCAIS

– “Reflexões sobre o Património e sua Salvaguarda” –

13 e 14 de Novembro | 9h30 | Centro Cultural de Cascais

Nos dias 13 e 14 de Novembro, o Centro Cultural de Cascais recebe o seminário “Reflexões sobre o Património e sua Salvaguarda”. Organizado pelo Centro de Investigação do Património da Universidade Lusiana de Lisboa, em

colaboração com a Câmara Municipal de Cascais, este evento reúne em Cascais diversos especialistas nacionais e estrangeiros.

Debater e partilhar experiências utilizadas na salvaguarda do património arqueológico e do património construído é o objectivo desta iniciativa que reunirá em Cascais especialistas, tais como José Maria Ballester, crítico de arte, Sameh Abdallah El Alaily, especialista da UNESCO para projectos de recuperação urbana na Mauritânia e Argélia; Mário Varela Gomes, galardoado com o Prémio Defesa do Património Cultural em 1992, entre muitos outros peritos internacionais.

Ética e Património, Turismo e Patrimónios do Mundo, a Importância da Geodésia para a Recuperação do Património, Douro Vinhateiro – Património Mundial, a Arqueologia do Côa – Património Mundial, são

alguns dos temas das 13 conferências que estarão em análise neste seminário.

A sessão de abertura do evento vai contar com a presença de António d’Orey Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais, e do Professor Doutor Nuno Santos Pinheiro, Director do Centro de Investigação do Património da Universidade Lusiana de Lisboa.

### “CARICATURA EM PORTUGAL” DE JOÃO MEDINA

– Centro Cultural de Cascais 7 de Novembro | 18h00 –

Sob a chancela das edições Colibri e o patrocínio da Câmara Municipal de Cascais, decorreu no dia 7 de Novembro, no Centro Cultural de Cascais, a apresentação da obra “Caricatura em Portugal – Rafael

Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho”, da autoria de João Medina.

Breve sinopse histórica sobre a caricatura política em Portugal, a obra de João Medina elege o papel do caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro como “criador dum mito verdadeiramente nacional”. Ao longo dos diversos capítulos, o autor aborda as diferentes vertentes do chamado Zé Povinho, começando pelo seu “pai”, o humorista e caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro, que para João Medina se define como “crítico coerente e infatigável do Fontismo, da Regeneração, de toda a monarquia constitucional, e, para além deles, de todo o universo cultural e social que deles deriva...”.

Fértil em ilustrações que ajudam a compreender a simbologia do Zé Povinho, o livro dedica-lhe a terceira parte, oferecendo ao leitor um conjunto de capítulos que integram “Os emblemas e combates do Zé”, “Do Zé pagante ao Zé espiga”, “O Zé como tipo étnico dum povo”, “O Zé como “Homo Lusitanus””, entre outros, sem esquecer a sua forte ligação ao touro britânico (John Bull), manifesto sentimento anti-britânico que dominava a política oitocentista do século XIX.

Sobre João Medina é autor de uma vasta obra na área da historiografia, ensaio literário e romance. Dirigiu uma História de Portugal (15 volumes, 1994; reedição 1998). Colabora como colunista do Jornal de Letras. “Zé Povinho sem Utopia” (2004); “Portuguesismo (s) – Acerca da Identidade Nacional” (2006); “Os Náufragos do Mar da Palha” (2006) são alguns dos seus mais recentes títulos apresentados em Cascais.

A apresentação do livro esteve a cargo de Pedro Bebiano Braga, Director da Casa-Museu Rafael Bordalo Pinheiro.

– Gab. Imp. CM Cascais



Notícias de Ílhavo

# Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE)

Com o objectivo de promover uma mais participada discussão pública da 2ª alteração ao RMUE, a CMI realizou no dia 11 de Novembro, pelas 18h00, no Auditório da Biblioteca Municipal, uma Acção de Informação e Sensibilização, dirigida aos Técnicos e Empreiteiros que desde Janeiro de 2000 subscreveram projectos ou levantaram alvarás de construção no Município de Ílhavo.

Com a publicação da Lei nº 60/2007 de 4 de Setembro, o Decreto-lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, sofre profundas alterações que implicam a necessidade de proceder à revisão do actual Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação (RMUE) de Ílhavo, com vista à sua adaptação a este novo enquadramento legal que lhe serve de fundamento.

Esta proposta de alterações ao RMUE tem como principais objectivos:

- Uma ocupação e fruição ordenada e qualificada do território municipal, em complemento e conjugação com a demais regulamentação municipal existente, incluindo a definição das condicionantes formais e funcionais a considerar nos projectos que visem intervenções de carácter urbanístico e arquitectónico;

- Uma melhor clarificação de um conjunto de definições, procurando uniformizar o vocabulário urbanístico a aplicar;

- A sistematização de um conjunto de procedimentos técnicos e administrativos relativos às operações urbanísticas a desenvolver pelos particulares, procurando uma melhor e mais célere prestação de serviços ao município.

- Uma abordagem à concepção sustentável de espaços exteriores e



edifícios através da integração de princípios da utilização passiva da energia solar, ventilação e iluminação natural, que visem o conforto térmico, minimizem o recurso a sistemas que dependam do consumo de energia de índole comercial e o impacto sobre o ambiente.

A Sessão foi aberta a outros Técnicos e Empreiteiros que, não tendo sido convidados por não constarem na Base de Dados da Divisão de Obras Públicas e Gestão Urbana (DOPGU), promoveram a sua inscrição até 10 de Novembro, numa das várias formas disponíveis para o efeito.

A proposta do Regulamento encontra-se ainda disponível para

consulta do público em geral nas Juntas de Freguesia de S. Salvador, Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo, desde o dia 8 de Outubro até ao dia 20 de Novembro de 2008, podendo as observações e sugestões ser apresentadas nos locais acima referidos durante o período da consulta, por escrito e com a identificação completa do seu subscritor, em impressos disponíveis para o efeito.

Entidade Regional de Turismo do Centro

Já é público o resultado das eleições para a Direcção e Mesa da Assembleia Geral da nova Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, que decorreram no passado dia 27 de Outubro, tendo sido eleito como Vogal o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, Eng.º Ribau Esteves.

A tomada de posse dos Órgãos Executivos da Entidade Regional de Turismo decorreu no dia 3 de Novembro, em Coimbra.

## Câmara Municipal de Ílhavo aprova participação no Polis Litoral Ria de Aveiro

O Executivo Municipal aprovou, no passado dia 3 de Novembro, o Acordo de participação no Polis Litoral Ria de Aveiro, nos seguintes termos:

“Acordo relativo à “POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro” e participação do Município de Ílhavo no Capital Social da “Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A.” por intermédio da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga (CIRA).

Deliberação

No seguimento das negociações desenvolvidas entre o Ministério do Ambiente, com o Coordenador Nacional do Polis, a Presidente da ARHCentro e Técnicos da ParqueExpo (constituindo a “Equipa Polis”), a CIRA (e a AMRia), e as Câmaras Municipais da área de incidência desta intervenção, num processo que decorreu com particular incidência durante este ano 2008, chegou-se a esta fase de apresentação, debate e aprovação do Acordo relativo à “POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro”.

Esta intervenção tem um relevante quadro de projectos da maior importância para a Ria de Aveiro, numa lógica da sua valorização e qualificação, tendo tido como elemento base e de partida, o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro “Unir@Ria”, desenvolvido pela AMRia e







recentemente publicado em Diário da República.

De entre os projectos que estão integrados neste Acordo, vários têm uma incidência directa na área geográfica do Município de Ílhavo, destacando-se:

#### A. Projectos de abrangência Intermunicipal:

- Reforço do cordão dunar da Costa Nova (até à Vagueira);

- Desassoreamento dos Canais principais de navegação;

- Criação de via ciclável como forma de vivência da Ria de Aveiro (incidência em várias zonas do Município de Ílhavo, nomeadamente no Caminho do Praião da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo, sendo parte da sua operação de qualificação e valorização ambiental, na rua da margem poente do Canal de Ílhavo, da Gafanha D' Aquém à Gafanha da Boavista, na Rua entre a Costa Nova e a Vagueira, ...);

- Balizamento e sinalização dos Canais de navegação;

#### B. Projectos de Incidência Municipal:

- “Porta Marítima da Ria” junto da Ponte da Barra, com núcleo museológico do achado da Barca do Século XV;

- Qualificação do Esteiro e Cais da Malhada (Ílhavo);

- Área de recreio fluvial (com posto náutico) da Barquinha (Ílhavo);

- Cais de Pesca da Gafanha D' Aquém;

- Cais de Pesca da Gafanha da Nazaré (no Cais dos Bacalhoiros);

- Área de recreio fluvial do Canal de Mira (margem poente, da Costa Nova à Vagueira);

#### C. Projectos de Entidades Privadas:

- Qualificação do ancoradouro e das instalações em terra da Associação Náutica da Gafanha da Encarnação e do Clube de Vela da Costa Nova;

- Qualificação do ancoradouro (e sua ampliação) e das instalações em terra do Marina Clube da Gafanha e da Associação Náutica da Gafanha da Nazaré.

Numa operação em que se perspectiva um investimento total de cerca de 96 milhões de euros para o período 2009/2012, os Fundos Comunitários do QREN são o sustento financeiro principal (cerca de 59%). Outras participações completam a necessária sustentação financeira: o Ministério do Ambiente (com cerca de 18%), outras Entidades da esfera da Administração Central (MADRP e APA, com cerca de 5%), entidades privadas do tipo Associações Náuticas (cerca de 3%) e as Câmaras Municipais envolvidas (com cerca de 15% do investimento total, comparticipando em cerca de 40% no investimento directo em cada Município).

O desenvolvimento desta operação vai estar a cargo da empresa de capitais públicos “Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A” que vai ser participada pelo Ministério do Ambiente e pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga (CIRA) que representa os Municípios envolvidos (os seus associados com excepção de Anadia). Outras entidades estão envolvidas neste processo em diferentes regimes de agregação, nomeadamente as Câmaras Municipais de Mira e de Espinho e algumas Associações Náuticas.

Nesta intervenção de qualificação e valorização da Ria de Aveiro, destaca-se a decisão política do Ministério do Ambiente, as verbas dos Fundos do QREN afectas a esta intervenção, assim como, e de forma

extraordinária pela importância desta operação para os Municípios e as suas Populações, a participação das Câmaras Municipais com empenho político e com um relevante investimento de cerca de 15 milhões de euros.

A “POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO – Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro” é uma importante oportunidade de realização de investimento de valorização e qualificação da Ria de Aveiro, um passo de dimensão relevante, seguramente entre outros que no futuro se têm de dar, para que a Ria de Aveiro seja rentabilizada em todas as suas componentes de valor - ambiental, social, económica, ..., -, propiciando-se também melhores condições para a

dinamização de novas actividades e projectos, nomeadamente grandes empreendimentos turísticos, fundamentais para que a Ria e a sua Região de Aveiro se venha a constituir também como um verdadeiro destino turístico de qualidade.

A “Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A” na qual a Câmara Municipal de Ílhavo participa por intermédio da CIRA, integrando também e directamente o seu Conselho Consultivo, é o instrumento formal de gestão desta intervenção de valorização e qualificação da Ria de Aveiro, que consideramos importante. Vai constituir-se também como uma plataforma de interacção das múltiplas entidades que agem na Ria de Aveiro, perspectivando-se que o seu bom desempenho propicie a instalação no futuro, que queremos próximo, de uma verdadeira gestão integrada da Ria de Aveiro, que para já e infelizmente, vai continuar a não existir.

A Câmara Municipal de Ílhavo, que tem assumido nos últimos anos a liderança da GAMA e da AMRia, e assumiu recentemente a liderança da CIRA, tendo por isso coordenado todo o processo de negociação com a “Equipa Polis”, congratula-se de forma muito particular com todo o muito trabalho desempenhado pelos Municípios e pela sua Associação (CIRA/AMRia), pelo Ministro do Ambiente e toda a “Equipa Polis”, com a criação desta nova capacidade da nossa Região de Aveiro: o “Polis da Ria de Aveiro”.

É por tudo isto que o Executivo Municipal aprovou o Acordo relativo à “POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro” e a participação do Município de Ílhavo no Capital Social da “Polis Litoral - Ria de Aveiro, S.A” (com cerca de 1.724.128 euros) por intermédio da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga (CIRA). – Fonte: CM/Ílhavo

## Notícias de Évora



### Costa Dieb recandidato a Presidente da CPD

O presidente da Comissão Política Distrital de Évora do PSD, António Costa Dieb, anunciou a sua recandidatura ao cargo com o objectivo de “unir o partido” na região e “enfrentar” os desafios eleitorais em 2009.

Em declarações à agência Lusa, António Dieb garantiu ter “condições para unir o partido no distrito de Évora e para enfrentar, da melhor forma possível, os desafios eleitorais do próximo ano”.

“Tudo farei para conseguir dinamizar, articular e apoiar o partido para fazer chegar a sua mensagem a todas as populações”, disse.

Por outro lado, António Costa Dieb, que se recandidata a um terceiro mandato, declarou haver um “trabalho que foi iniciado e deve ter continuidade”, nomeadamente no apoio às secções concelhias, na estruturação do funcionamento do partido e no “reforço da credibilidade do PSD”.

A candidatura de António Costa Dieb, 42 anos, o único vereador social-democrata na Câmara Municipal de Évora é, até hoje, a única anunciada às eleições para a Distrital, marcadas para o dia 21 de Novembro.

- Correspondente

Notícias de Sintra

# Companhia portuguesa de Bailado Contemporâneo

A Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo sobe ao palco do Centro Cultural Olga Cadaval, no dia 14 de Novembro, pelas 22h00, para apresentar o espectáculo “Eurídice e o Instante, Finale e Veneno”.

Fundada em 1997 por Vasco Wellenkamp e Graça Barroso, como companhia de reportório original, a Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo (CPBC) teve como princípio gerador a constituição de um espaço para a criação contemporânea.

Com um reportório exclusivamente criado para si pelo seu director artístico e por coreógrafos convidados, colaborando com artistas de diferentes áreas e com um grupo de bailarinos de grande qualidade técnica e artística, a CPBC conquistou ao longo da última década uma excepcionalidade e uma reputação na dança contemporânea que é hoje reconhecida internacionalmente.

Desse reportório destacam-se as obras de Vasco Wellenkamp, Nils Christie, Rui Lopes Graça, Gagik Ismailian, Henri Oguike, Nathalie Bard, Tindaro Silvano, David Fielding, Rami Levi, Darshan Singh Buhler, Ronald Malzer, Jan Linkens, Benvindo Fonseca, Barbara Griggi e Pedro Goucha Gomes.

Preços: 1ª Plateia – 10,00 euros, 2ª Plateia – 7,50 euros. Descontos de 2,50 euros para maiores de 65 anos e menores de 18 anos

## II Encontro de Bandas Filarmónicas de Concelho de Sintra

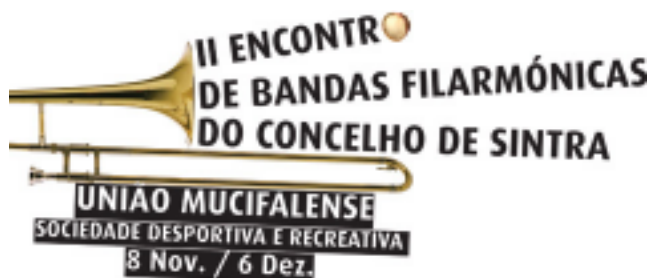
A Sociedade Desportiva e Recreativa União Mucifalense, com o apoio da Câmara de Sintra, organiza o II Encontro de Bandas Filarmónicas do Concelho de Sintra, que decorre de 8 de Novembro a 6 de Dezembro.

Este evento, que conta com a participação de doze bandas, pretende manter vivas as memórias e a tradição das bandas filarmónicas espalhadas por todo o concelho.

Todos os concertos são gratuitos e têm lugar na Sociedade Desportiva e Recreativa União Mucifalense que se situa na Rua Visconde d’ Asseca, 3 - 5 – Mucifal

**PROGRAMA:** 15 Novembro, 21h00 Banda Filarmónica de Nossa Senhora da Fé de Monte Abraão, 22h00 Banda Filarmónica de S. Bento de Massamá FilarmóniArtes 23h00 Banda dos Bombeiros Voluntários de Colares

22 Novembro, 21h00 Banda da Sociedade Filarmónica de Mira Sintra,



22h00 Banda da Sociedade Filarmónica “Os Aliados”, 23h00 Banda Filarmónica da Sociedade Recreativa e Musical de Almoçagem

29 Novembro, 21h00 Banda da Sociedade Filarmónica Instrução e Recreio Familiar das Lameiras, 22h00 Banda da Sociedade Filarmónica Boa União Montelavarense, 23h00 Banda da Sociedade Filarmónica e Recreativa de Pero Pinheiro

6 Dezembro: Encerramento do Festival às 22h00 com a Filarmónica da União Mucifalense

## I Festival Internacional de Marionetas

No dia 8 de Novembro, arrancou I Festival Internacional de Marionetas de Sintra. O Concelho de Sintra vai ser palco, até 21 de Dezembro, do festival que pretende promover e divulgar este tipo de Teatro.

Organizada pela Câmara Municipal de Sintra e o Chão de Oliva – Centro de Difusão Cultural em Sintra, a primeira edição do “Festival Internacional de Marionetas de Sintra”(FIMS) decorre como fruto da experiência no campo do teatro de marionetas do grupo residente “Fio D’Azeite- Grupo de Marionetas”.

Este certame pretende a curto prazo, marcar um território singular no calendário dos festivais de marionetas em Portugal e, a médio prazo, caminhar no sentido de estruturar solidamente o “Festival Internacional de Marionetas de Sintra”, tanto no panorama nacional, como a nível europeu.

Nos dias 8 e 9 de Novembro estreou FIMS com “O Segredo do

Rio”, de Miguel Sousa Tavares, pelo grupo Fio d’Azeite / Chão de Oliva.

“O Segredo do Rio” conta a história de um menino, o pai, a mãe e um rio que contém um segredo. Uma época difícil onde uma família nada tem para comer. E no rio o menino encontra um amigo para falar. Um amigo que vai correr grandes riscos para o ajudar, mas a amizade é assim um caminho feito em conjunto...e com muitas cumplicidades e segredos...

Todos os espectáculos decorrem no Auditório Municipal António Silva, no Cacém.

Próximos espectáculos:  
15 e 16 Nov- “A Ver Navios” (D. João VI vs Carlota Joaquina) Grupo: S. A. Marionetas (Portugal)

22 Nov- “História de uma Gaivota e do Gato que a ensinou a voar”, de Luís Sepúlveda Grupo:

Teatro Art’Imagem (Portugal)  
23 Nov- “Crokorócdilo” Grupo: Algazarra (Portugal)  
29 e 30 Nov- “Contaloucos” Grupo: Tanxarina (Espanha)  
6 a 21 Dez- Sopa da Pedra Grupo: Fio d’Azeite / Chão de Oliva (Portugal)  
Auditório Municipal António Silva

## ROTEIROS ALTERNATIVOS DA REUTILÂNDIA

Embora o giro regular da Reutilândia tenha terminado no passado dia 30 de Outubro, dado o sucesso deste projecto a autarquia decidiu criar os “Roteiros Alternativos”, em que o autocarro irá deslocar-se a bairros carenciados em horários mais acessíveis.

Assim, no dia 8 de Novembro, a população do Bairro de Campinas, em Belas, teve a possibilidade de deslocar-se ao autocarro, das 11h00 às 14h00 e das 15h00 às 20h00, e trocar objectos, que já não são necessários para uns, mas que, para outros, podem ser um precioso recurso.

A Reutilândia alia a vertente ambiental e social, uma vez que promove a reutilização de recursos, ajudando quem mais precisa, ao mesmo tempo que reduz a produção de resíduos. Trata-se de um projecto de características únicas que confere novas utilizações a objectos.

Nesta viatura com 13 metros procede-se à oferta e à procura, em regime gratuito, de objectos já usados, mas que ainda estejam em boas condições, ou seja, qualquer pessoa pode entregar objectos usados ou levar para casa outros que lhe façam falta. A Reutilândia fará, para isso, circuitos mistos de recolha e distribuição de utilidades em todas as freguesias de Sintra.

A Reutilândia é um projecto que alia







reciclagem e solidariedade. Neste autocarro, o que não faz falta a uns pode ser essencial para outros.

**ROTEIRO:** Sábados, das 11h00 às 14h00 e das 15h00 às 20h00

15 Novembro – Bairro de S. José, Algueirão – Mem-Martins

22 Novembro – Bairro Social de Mira-Sintra – junto ao LIDL

29 Novembro – Bairro do Pendão – atrás do Centro – Queluz

6 Dezembro – Frente à Igreja de Stª Marta – Casal de Cambra

13 Dezembro – Bairro 1º de Maio – Monte-Abraão

### EDUCAÇÃO: SINTRA APROVA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

A Câmara Municipal de Sintra aprovou no fim de Outubro, em reunião do Executivo, a contratualização com o Ministério da Educação referente à transferência de competências no âmbito do 2 e 3º Ciclos.

Assim, a autarquia de Sintra passará a ter competências sobre o pessoal não docente das escolas básicas e de educação pré-escolar, sobre a componente de apoio à família (designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar) e sobre as actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico.

Também a gestão do parque escolar (2º e 3º ciclos), da acção social escolar (2º e 3º ciclos) e dos transportes escolares (3º ciclo do ensino básico) – até agora sob tutela do Ministério da Educação – vão passar a ser

responsabilidades da autarquia de Sintra.

No entanto, a autarquia decidiu não assumir a gestão de alguns estabelecimentos de ensino do 2 e 3º ciclos que não reúnem as condições mínimas ao nível da conservação.

Assim, as EB 2.3 António Sérgio, D. Domingos Jardo, D. Pedro IV, Maria Alberta Meneres, Ruy Grácio e Ruy Belo vão continuar sob tutela do Ministério da Educação, que assumiu já o compromisso de proceder às obras de requalificação necessárias. Uma vez concluídas, estes equipamentos escolares ficarão, também, sob gestão da Câmara de Sintra.

A Câmara de Sintra decidiu aceitar estas novas competências partindo da assunção de que a comunidade educativa, que deseja esta transferência, terá ganhos significativos face à maior proximidade entre os diferentes agentes educativos e maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis.

A autarquia de Sintra deliberou ainda submeter à Assembleia Municipal a aprovação do contrato de execução.

### JORNADAS DE VOLUNTARIADO EM SINTRA

Um espaço de reflexão e partilha sobre o trabalho realizado pelo Banco Local de Voluntariado de Sintra foi o objectivo das “Jornadas de Voluntariado” que se realizaram no dia 3 de Novembro, das 09h30 às 17h30, no Palácio Valenças, em Sintra.

Foi também assinado um protocolo

de colaboração entre o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado e a Câmara Municipal de Sintra, pelas 10h00.

O Banco Local de Voluntariado de Sintra tem por missões promover e divulgar o voluntariado, facilitando o encontro entre a oferta e a procura de voluntários e instituições organizadoras e aumentar a participação no voluntariado em geral,

nas instituições e nos grupos.

Ao longo do dia foram apresentadas trabalhos, quer de instituições, quer de voluntários com diferentes perfis e projectos em diversas áreas. Pretende-se também promover a discussão sobre os constrangimentos sentidos na acção de voluntariado, com vista à elaboração conjunta de propostas que permitam ultrapassar os obstáculos relacionados com esta temática e aumentar a qualidade do contributo do voluntariado em Sintra.

Estas jornadas são dirigidas às instituições e aos voluntários inscritos no Banco Local de Voluntariado de Sintra.

### POUPANÇA DE ENERGIA É TEMA DE SESSÃO DE ESCLARECIMENTO

A Câmara Municipal de Sintra promoveu no âmbito do programa “Encontros com Sumo”, o seminário “Poupança de Energia Eléctrica” que se realizou no dia 6 de Novembro, pelas 18h00, em Belas.

À semelhança de outras sessões já realizadas, também esta é uma sessão informativa e de sensibilização, que tem como objectivo informar e alertar os consumidores quanto à necessidade de poupança de energia eléctrica, e estimular a mudança de comportamentos com vista à redução do consumo de electricidade.

Esta sessão, que se enquadrou na campanha da DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, apoiada pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, à qual a Câmara Municipal de Sintra se associa em parceria com a Junta e Comissão Social de Freguesia de Belas. – **Gab.Imp. CM Sintra**

### Notícias de Lisboa

#### Presidentes de Juntas de Freguesia PSD não participam em Fórum Habitação

Os presidentes de junta de freguesia sociais-democratas não participaram segunda-feira no fórum promovido no âmbito do Plano Local de Habitação, argumentando incumprimento de compromissos por parte da Câmara, nomeadamente nas transferências de verbas.

O vice-presidente da Câmara, Marcos Perestrello (PS), contrapõe que os compromissos têm sido “escrupulosamente” cumpridos e acusa os autarcas sociais-democratas, que governam 33 das 53 juntas de freguesia da cidade, de “chicana política”.

“O Plano Local de Habitação implica um compromisso sério e estável. Não podemos continuar a assumir compromissos com a Câmara quando a Câmara não assume os que tem”, disse à Lusa o presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, Magalhães Pereira (PSD).

O autarca sublinhou falar em nome de todos os presidentes de junta do PSD e afirmou que a Câmara deve às juntas “verbas que prefazem entre 20 a 30 por cento” dos seus orçamentos, colocando assim em causa “o serviço público prestado”.

Segundo Magalhães Pereira, estas verbas referem-se “quase exclusivamente a delegações de competências” na área dos espaços verdes, actividades de enriquecimento curricular ou componente de apoio à família, entre outras.

Em comunicado, os presidentes de junta sociais-democratas afirmam que “não querem, e os municípios compreenderão que não podem, assumir novos compromissos com a Câmara Municipal de Lisboa enquanto esta não cumprir os seus”.

“Não vemos razão para participarmos no fórum”, concretizou à Lusa o autarca dos Prazeres.

# Berta Cabral anuncia candidatura à Presidência da CPR-Açores

A vice-presidente do PSD/Açores, Berta Cabral, anunciou no fim do mês passado, que é candidata à liderança do partido, para promover a unidade interna e obter o apoio da sociedade açoriana para um novo projecto de governo em 2012.

“Considerando todos os argumentos invocados e o sentido de serviço que sempre imprimi à minha conduta cívica e profissional, aceito o desafio de dar o meu contributo à minha região”, afirmou Berta Cabral, na conferência de imprensa, realizada na sede do PSD/Açores, em Ponta Delgada.

A 2 de Dezembro os militantes do PSD/Açores vão escolher, em eleições directas, um novo líder, depois de Carlos Costa Neves se ter demitido a 19 de Outubro, na sequência da derrota nas eleições regionais.

Para a presidente da autarquia de Ponta Delgada, que reafirmou o seu compromisso com o município, os açorianos precisam de um novo PSD que afirme “com tranquilidade e de forma consistente um projecto alternativo de governo para 2012”.

“É esse trabalho que me proponho realizar, promovendo a unidade do partido, a mobilização dos militantes e o apoio da sociedade açoriana para o nosso projecto”, afirmou Berta Cabral, alegando ter recebido muitos apelos dos militantes e dos açorianos para apresentar a sua candidatura.

Frisando que a liderança do partido e da autarquia são “tarefas muito exigentes”, a militante social-democrata considerou, porém, que não são incompatíveis e prometeu desempenhar ambas com “muito esforço, dedicação e absoluta isenção”.

Segundo Berta Cabral, acumular a liderança de um partido político com a presidência de um órgão de poder é comum no plano local e prática corrente no âmbito regional, apontando como exemplo o caso do presidente do Governo açoriano e líder do PS/Açores, Carlos César.

“Continuarei a cumprir o meu mandato de presidente de Câmara Municipal de Ponta Delgada com o mesmo empenho e motivação de sempre”, afirmou Berta Cabral, revelando a intenção de se recandidatar ao cargo em 2009 para cumprir apenas os três primeiros anos do mandato, já que depois será candidata a presidente do Governo Regional em 2012.

Garantindo que se vencer as directas do PSD/Açores irá trazer caras novas para a sua equipa, Berta Cabral, que entrou e saiu sozinha da sala, enfatizou que quer dirigir “um partido de inclusão”, onde todos têm lugar.



Questionada sobre o surgimento de eventuais adversários na corrida à liderança do partido, a actual vice-presidente disse apenas que “vivemos em democracia”, acrescentando ser “benéfico” a unanimidade existente dentro do PSD/Açores em torno da sua candidatura em nome da “unidade interna”.

Berta Cabral, economista, integrou executivos açorianos do PSD, então liderados por Mota Amaral, tendo assumido cargos como directora regional do Tesouro, dos Transportes e secretária regional das Finanças e Administração Pública.

Em 1991, assume funções de administradora da Empresa de Electricidade dos Açores (EDA) e, em Junho de 1994, chega a presidente da administração da companhia aérea SATA Air Açores, cargo que ocupou até Novembro de 1995.

Foi deputada social-democrata ao Parlamento açoriano e liderou mesmo o grupo parlamentar, até ser eleita presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, em 2001.

Politicamente, Berta Cabral foi, nos últimos anos, considerada uma candidata à liderança do partido nos Açores e assumiu uma das vice-

presidências da Comissão Política Regional liderada por Carlos Costa Neves.

## Autarca será candidata à Câmara de Ponta Delgada e só em 2012 sairá

Passados dez dias depois de Costa Neves anunciar a sua intenção de abandonar a liderança do PSD/Açores, Berta Cabral finalmente decidiu-se. Será candidata à liderança



do partido, respondendo assim aos sucessivos apelos que lhe foram feitos nos últimos tempos por muitos militantes e várias estruturas de ilha.

Um dos argumentos que apresenta para avançar na corrida é o do “sentido de serviço” que diz sempre nortear a sua conduta cívica e profissional, mas não foi esse que fez a diferença. O principal mesmo é o objectivo, que coloca na facha de necessidade, de renovar o partido para vencer as próximas eleições legislativas regionais e formar governo em 2012, já sem Carlos César à frente dos socialistas.

“Os açorianos precisam dum novo PSD que afirme com tranquilidade e de forma consistente um projecto alternativo de governo. É esse trabalho que me proponho realizar, promovendo a unidade do partido, a mobilização dos militantes e o apoio da sociedade açoriana para o nosso projecto”, frisou ontem aos jornalistas numa conferência de imprensa realizada na sede laranja em Ponta Delgada, onde entrou e saiu sozinha.

Berta Cabral pretende conciliar a liderança do partido com o exercício do seu mandato como presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, e ainda recandidatar-se à presidência da autarquia em 2009. Depois, os seus planos passam por cumprir três anos do seu mandato autárquico - o suficiente, em seu entender, para executar os grandes projectos para Ponta Delgada - e candidatar-se à presidência do Governo Regional em 2012. A candidata a líder do PSD/A está consciente que terá pela frente “tarefas muito exigentes”, decorrentes da chefia de uma autarquia que é a maior e principal dos Açores e, ao mesmo tempo - como espera - de um partido com a ambição de regressar ao poder na Região. Mas garante estar pronta para o “desafio”. Até porque sabe que “acumular a liderança de um partido político com a presidência dum órgão de poder é comum no plano local e é prática corrente no âmbito regional”. Deu o exemplo do próprio presidente do Governo e líder do PS/A, Carlos César. A economista espera trabalhar com “caras novas” no núcleo duro do partido, sem que este deixe de ser “inclusivo”.

Berta Cabral não deixou de sublinhar o grande consenso existente à volta da sua candidatura, no que interpreta um “benéfico” sinal de “unidade interna”.

## PSD quer explicações do governo sobre novo navio

O PSD/Açores considerou hoje



que o governo regional tem de prestar explicações aos açorianos sobre os problemas de estabilidade do novo navio de transporte de passageiros da Atlânticoline, em construção nos estaleiros de Viana do Castelo.

“Já se torraram 50 milhões de euros com navios velhos. E agora vai-se gastar mais 25 milhões com um navio que não se aguenta bem em pé. A culpa não pode, mais uma vez, morrer solteira. O governo regional e Carlos César têm de dar explicações aos açorianos”, afirmou Jorge Macedo, porta-voz do partido para os Transportes, em conferência de imprensa.

Para o dirigente social-democrata, os problemas com o navio “Atlântida”, conhecidos esta semana, são mais uma prova de “incompetência e negligência” do governo socialista neste processo.

Jorge Macedo acrescentou que é “muito importante” que o Tribunal de Contas realize uma “rigorosa auditoria” a todo o sistema de transporte marítimo de passageiros na Região.

“É muito importante que os poderes fiscalizadores da boa aplicação dos dinheiros públicos possam desvendar como é que se delapidam 75 milhões de euros do erário público”, salientou.

### PSD propõe devolução dos consumos de água de Outubro

O PSD de Angra do Heroísmo propôs hoje a devolução, “aos habitantes dos concelhos de Angra e Praia da Vitória, nomeadamente os afectados pelos cortes de água em curso, dos valores relativos ao consumo do mês de Outubro, assim como de todo o período em que ainda vigorar o plano de interrupções”.

A iniciativa partiu dos vereadores social-democratas Carla Bretão e Paulo Marcelino, que explicam numa nota divulgada hoje, que “está ainda em vigor o calendário de interrupções no fornecimento de água sem qualquer previsão para que termine”, pelo que “não podemos ficar indiferentes a esta forma de governar que, antes de uma eleição, dá ofertas, sob o disfarce de preocupação com os habitantes do concelho, numa clara tentativa de atenuar o descontentamento existente, mas que, logo após as eleições, esquece novamente a população”, critica.

Denunciando o que dizem ser um “eleitoralismo vigente” na câmara municipal de Angra do Heroísmo, os autarcas referem em concreto a devolução prevista aos utentes dos custos com o abastecimento de água de Agosto e Setembro, “período em que se iniciou o plano de cortes em curso”, mas não deixam de alertar para “a falta de negociações” com a autarquia da Praia da Vitória, de modo a “acautelar os prejuízos que alguns municípios daquele concelho vão tendo com os ditos cortes de água em”, explicam.

Assim, os vereadores do PSD na Câmara de Angra propõem também



um acordo com a câmara praiense que vise “a devolução da totalidade do valor relativo aos consumos de água de Agosto e Setembro”, já que, segundo a vereadora Carla Bretão, se constata que “a câmara de Angra se esqueceu de negociar com a câmara da Praia um procedimento justo para quem, no concelho vizinho, e tendo o seu abastecimento feito por Angra do Heroísmo, também foi afectado pelas interrupções no fornecimento de água”.

A autarca recorda que a medida actual surgiu “na sequência de uma reivindicação dos vereadores do PSD para que houvesse uma compensação financeira a quem estivesse a ser afectado pelos cortes de água que se vinham a verificar no concelho”. Nesse sentido, “foi apresentada uma proposta, chumbada pela maioria socialista, que se consubstanciava na isenção da tarifa de disponibilidade”, explica.

Assim, o PSD afirma que a devolução dos valores do consumo de água “foi uma medida eleitoralista” e que “mais virão, com certeza, para o ano que vem e quando se aproximarem as eleições autárquicas”. Para os social-democratas a prova desse comportamento “é o silêncio quanto à devolução dos valores do consumo de água de Outubro e enquanto se mantiver o calendário de interrupções”, diz Carla Bretão. Segundo a vereadora laranja estas são “questões de justiça e igualdade entre as pessoas afectadas, uma vez que a decisão de devolver as quantias referentes ao consumo de água de Agosto e Setembro, se mantém inalterada e que o plano de interrupções no abastecimento também prossegiu”, explicou.

### Descargas na Praia da Vitória mostram “irresponsabilidade” da tutela

O PSD da Praia da Vitória denunciou esta manhã “a irresponsabilidade e a negligência manifestadas pela secretaria regional do Ambiente e do Mar e por Ana Paula Marques, no tocante à baía da cidade

e à sua envolvente”, numa alusão clara aos “males de que a zona continua a padecer”, nomeadamente “descargas no mar de efluentes industriais provenientes do parque industrial, sem qualquer tipo de tratamento prévio”. Uma situação que, segundo os social-democratas, “não é nova e não é, de todo, desconhecida das autoridades ambientais”.

Recordando que “em Agosto de 2007, Ana Paula Marques anunciou que a empresa Pescatum ia arrancar com a construção de uma ETAR apoiada pelo Governo Regional”, o líder da concelha praiense do PSD disse que “na altura, o governo parecia empenhado em ter a baía da Praia da Vitória limpa de problemas ambientais mas, mais de um ano decorrido, a ETAR não existe e nem sequer a ETAR do Parque Industrial se encontra em funcionamento”, explicou Paulo Ribeiro, num encontro com os jornalistas junto à zona onde têm sido denunciadas e comprovadas

descargas poluentes.

O social-democrata adiantou que “sempre que são conhecidas e denunciadas situações como a que ocorreu na passada semana, a secretaria regional do Ambiente e do Mar rapidamente vem a público justificar o ocorrido e dizer que o assunto está a ser acompanhado e estudado”. No entanto, acrescentou, “raramente são apresentados os resultados das medidas implementadas, principalmente quando não são nem eficazes nem solucionaram o problema”, criticou o dirigente laranja.

“Se, há um ano, Ana Paula Marques disse que se ia resolver o problema e definir prazos, hoje podemos contrapor que voltaram a ser feitas descargas industriais no mar da Praia, e numa área ambientalmente sensível e com elevado potencial turístico e desportivo”, afirmou Paulo Ribeiro, que disse não compreender que, agora, a secretaria tenha “voltado ao discurso das boas intenções e dê a imagem de ter a mão pesada, afirmando que as empresas terão tolerância zero, quando não actua ao nível da prevenção nem tem uma atitude pró-activa”, esclareceu.

Para o PSD “é tempo de corrigir os erros cometidos no parque industrial da Praia da Vitória, fiscalizando licenças e alvarás de exploração, para além de se poder interagir, por exemplo, com a Universidade dos Açores para que se chegue a uma solução viável”. Paulo Ribeiro argumenta que “é tempo da secretaria regional do Ambiente e do Mar fazer aquilo para que foi criada, de forma a preservar os nossos recursos ambientais e paisagísticos”, concluiu.

– Gab. Imp. PSD/Açores

## Notícias do Porto

### Distrital acusa Caixa de cancelar linhas de crédito já negociadas com PME

O líder da Distrital do PSD/Porto, Marco António Costa, acusou a Caixa Geral de Depósitos (CGD) de cancelar linhas de crédito já negociadas com pequenas e médias empresas (PME) e pediu ao Governo para actuar.

“Tenho provas documentais daquilo que estou a dizer. A CGD que me desminta, que eu exibo os documentos”, afirma o dirigente distrital social-democrata numa entrevista já gravada e a emitir hoje, às 21:00, na estação de televisão regional Porto Canal.

“Os bancos estão a dificultar a vida das empresas portuguesas e está na hora da fazer algo. O Governo tem que actuar”, preconiza.

Na entrevista, de que foram antecipados excertos à agência Lusa, Marco António Costa defende que os investimentos em obras públicas devem centrar-se na região Norte.

A haver investimento na alta velocidade, ele deveria centrar na ligação do Porto à Galiza “para fortalecer o aeroporto Sá Carneiro e para ajudar esta região tão deprimida”, afirma.

Na sua leitura, o novo aeroporto de Lisboa e o comboio de alta velocidade “não são claramente obras prioritárias”.

Interroga-se ainda “como se pode gastar centenas de milhões nessas obras [aeroporto de Lisboa e TGV] e não haver dinheiro para o Metro do Porto”.

Numa alusão às próximas eleições autárquicas, o também vice-presidente da Câmara de Gaia afirma que o seu partido já escolheu o candidato à autarquia de Matosinhos, referindo que se trata de uma “figura nacional”, mas sem adiantar o nome.

– Lusa



### ÁGUAS SANTAS/ PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Núcleo de Águas Santas/Pedrouços, para reunir no próximo dia 11 de Dezembro de 2008, (quinta-feira) pelas 21H00 na sede do Núcleo, sita na Rua D. Afonso Henriques, n.º 1129 - Pedrouços, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação do plano de actividades para o ano de 2009
- 3 - Análise da situação política

### ALFENA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Núcleo de Alfena, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 no Centro Cultural de Alfena, sito na Rua S. Vicente, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política local e nacional

### ALGÉS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Algés, para reunir no próximo dia 14 de Dezembro de 2008, (domingo) pelas 17H00 na sede sita na Av. Carolina Michaelis, n.º 37 Loja, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 24H00

### ALJEZUR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Aljezur, para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2008, (segunda-feira) pelas 18H00 na sede concelhia, sita na Rua D. Francisco Gomes de Avelar, n.º 12 A, Igreja Nova, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até

às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 20H00

### AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Amares, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2008, (sábado) pelas 16H00 na sede concelhia, sita na Rua Dr. Eduardo Gonçalves na Freguesia de Ferreiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais e aprovar o Programa Eleitoral, sobre proposta da Comissão Política.

### BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia eleitoral da Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na nova sede concelhia, sita na Rua D. João de Castro, n.º 2 D (loja) na Freguesia de Santo André, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção do Barreiro.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede concelhia, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 22H00

### BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 22H00 na nova sede concelhia, sita na Rua D. João de Castro, n.º 2, D (loja) Freguesia de Santo André, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1- Informações
- 2- Análise da situação político - partidária nacional e concelhia
- 3- Parecer sobre a candidatura à Câmara Municipal do Barreiro

### BELÉM DO PARÁ / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia eleitoral de Núcleo de Belém do Pará, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 17H00 na Travessa 3 de Maio, 1456-1401 - S. Brás - Belém do Pará, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Núcleo

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao coordenador do Secretariado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Travessa 3 de Maio.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 19H00

### BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Braga, para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 20 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 15H00 na sede concelhia, sita no Largo da Senhora -a- Branca, 116, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Eleição da Comissão Política de Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 15H00 e as 22H00

### IDANHA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Idanha-a-Nova, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 18H00 na variante Lugar de Ciprestes, Lote 1 r/c, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos concelhios

a) - Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, na Estrada Nacional, n.º 240, n.º 9 Ladoeiro, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 20H00

### LEÇA DE PALMEIRA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Núcleo de Leça da Palmeira, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 15H00 na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98 em Matosinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, no local onde se realiza a eleição, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao

acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 15H00 e as 18H00

### LONDRINA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia eleitoral da Secção de Londrina, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 17H00 na Rua Belo Horizonte, 940 - Centro - Londrina - Paraná, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao coordenador do Secretariado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua de Belo Horizonte, 940.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 19H00

### PAMPILHOSA DA SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Pampilhosa da Serra, para reunir no próximo dia 14 de Dezembro de 2008, (domingo) pelas 14H00, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 14H00 e as 17H00

### PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso, para reunir no próximo dia 5 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na Quinta Turística Maria da Fonte, sita na Freguesia de Calvos, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política local e nacional

3 - Análise e votação da proposta da Comissão Política relativamente à candidatura à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, nas eleições autárquicas de 2009.

### SANTIAGO DO CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Santiago do Cacém, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na sede concelhia, sita no Largo Almeida Garrett, n.º 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos:





Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 20H00 e as 24H00

### SANTOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia eleitoral da Secção de Santos, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 17H00 na Av. Ana Costa, 290 - Santos, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao coordenador do Secretariado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Av. Ana Costa, 290.

As urnas estão abertas entre as 17H00 e as 19H00

### SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sines, para reunir no próximo dia 20 de Novembro de 2008, (quinta-feira) pelas 21H00 na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Informações

2 – Discussão e aprovação da estratégia para as eleições autárquicas de 2009

### PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela, para reunir no próximo dia 24 de Novembro de 2008, (segunda-feira) pelas 21H00 na sede concelhia, Rua Hermenegildo Capelo, 141, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Definição do perfil dos candidatos autárquicos

2 – Análise da situação político – partidária

### TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Tavira, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 20H00 na nova sede (junto às instalações do Cartório Notarial de Tavira), sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, LT4, Loja J, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de

Secção.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Distrital ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 21H00

### VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2008, (sábado) pelas 15H00 na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Tomada de posse das Comissões Políticas de Núcleo eleitas no passado dia 8 de Novembro

2 – Análise da situação política partidária

### VIMIOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia eleitoral da Secção de Vimioso, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 16H00 na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues, na sede distrital em Bragança, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas entre as 16H00 e as 18H00



### CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Braga para reunião a realizar no próximo dia 19 de Novembro de 2008, (quarta-feira) pelas 21 horas, no Hotel Guimarães, na cidade de Guimarães, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Congresso Nacional

A Mesa do Conselho Distrital (João Miguel Sá)

### NÚCLEO DA JSD DE FERMENTELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais

Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da Juventude Social Democrata de Fermentelos, da secção de Águeda, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2008, das 15h às 17h, na sede do Núcleo Residencial da Juventude Social Democrata de Fermentelos, sita na Rua das Lombas, n.º 21, 3750-448 Fermentelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da JSD Fermentelos.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da JSD de Águeda, sita na Quinta das Oliveiras, 9, Águeda, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2 - As urnas estarão abertas das 15h às 17h.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda (Carlos Franco)

### NÚCLEO DE STA. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da Feira, para reunir no dia 12 de Dezembro de 2008, pelas 21h30, na Sede do PSD/JSD de Santa Maria da Feira, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial da Feira.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede da Secção.

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 22h30.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção (Rufino Ferreira)

### NÚCLEO DE CANEDO – SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Canedo – Santa Maria da Feira para reunirem no dia 19 de Dezembro de 2008 (sexta-feira), das 21h00 as 23H00, na Sede do Núcleo Residencial de Canedo, sito na Rua das Garagens, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo e Mesa de Plenário

O Presidente da Mesa de Plenário de Núcleo

(Ricardo Correia Colaço)

### CONCELHO DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos Distritais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Viseu, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2008, pelas 16 horas, na Sede Distrital do PSD de Viseu, sita na Rua do Inatel, n.º 55, cave Esquerda, em Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Informações;

2- Calendário Eleitoral para os órgãos distritais da JSD de Viseu.

3- Análise da Situação Política.

4- Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Viseu

(Eduardo José Brás Chaves)

### NÚCLEO DA ÁREA SUL DA JSD DE FAFE

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para órgãos locais da JSD, convocam-se todos os militantes do núcleo da área Sul da JSD de Fafe para o plenário, a realizar dia 12 de Dezembro de 2008, entre as 20:30 e as 21:30 na sede da Junta de Regadas, sita no concelho de Fafe, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição da mesa do Plenário e da Comissão Política de núcleo.

Nota: as listas candidatas deverão ser entregues até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia do PSD de Fafe, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas entre as 20:30 e as 21:30.

O Presidente da mesa do Plenário da JSD da Secção de Fafe

(Jorge Adélio Costa)

### MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunirem no dia 13 de Dezembro de 2008 (Sábado), pelas 14 horas, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Clarinha Vaz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa de Plenário da JSD de Macedo de Cavaleiros.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14 horas às 15 horas.

O Presidente da Mesa

(Rui Alexandre M. Lopes)